



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA

A EMANCIPAÇÃO FEMININA SOB A PERSPECTIVA DO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA

MARIA DAS DORES DE MÉLO SILVA

CAMPINA GRANDE – PB
2013

MARIA DAS DORES DE MÉLO SILVA

**A EMANCIPAÇÃO FEMININA SOB A PERSPECTIVA DO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Professores da Educação Básica, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Formação de Professores da Educação Básica.

Orientadora: **Prof^a. Dr^a. Valdecy Margarida da Silva**

CAMPINA GRANDE – PB

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586e Silva, Maria das Dôres de Mélo.
A emancipação feminina sob a perspectiva do livro didático de história [manuscrito] / Maria das Dôres de Mélo Silva. – 2013.
70 f. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização na Formação de Professores da Educação Básica) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2013.
“Orientação: Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, Departamento de Pedagogia”.

1. História. 2. Livro Didático. 3. Emancipação. 4. Mulheres
5. Ensino Fundamental I. Título.

21. ed. CDD 371.32

MARIA DAS DORES DE MÉLO SILVA

**A EMANCIPAÇÃO FEMININA SOB A PERSPECTIVA DO LIVRO DIDÁTICO
DE HISTÓRIA**

Aprovada em 27 de junho de 2013.

Nota 10,0 (Dez)

BANCA EXAMINADORA

Valdecy

Profª Drª Valdecy Margarida da Silva – UEPB
Orientadora

Paula Almeida

Profª Drª Paula Almeida de Castro – UEPB
Examinadora

Roziane

Profª Drª Roziane Marinho Ribeiro – UFCG
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho com muito carinho à minha família, pelo incentivo e pela força que sempre me passaram para que eu conseguisse chegar até aqui; minha mãe, meu pai, meus irmãos e meu filho Gabriel;

A todos da turma do Curso de Especialização em Formação do Professor da Educação Básica, pelo esforço e colaboração de todos;

Às minhas amigas de trabalho, pela colaboração sempre que precisei. À Andréa Praxedes, presidente do Sintab Remigio, por ter me escolhido para participar deste curso tão gratificante; e a todos que passaram energias positivas e contribuíram para que eu concluísse este Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus que, através da fé que deposito nELE, me fez vencedora, bem como a todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para esta minha conquista.

Agradeço a dedicação de minha mãe, Josefa de Melo Silva, para que este momento se tornasse possível; cuidando do meu filho Gabriel todos os sábados, de modo a me dar a chance de tornar-me uma pessoa com pós-graduação.

Ao meu pai, que me acolheu juntamente com meu filho, após minha separação, contribuindo para eu ter minha independência profissional e financeira, me ajudando até mesmo nos custos com passagens de Remígio a Campina Grande todos os sábados.

Aos meus alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Estanislau Eloy, que diversas vezes me viram relatando minhas dificuldades com os trabalhos e leituras da Universidade.

Não poderia deixar de mencionar a contribuição de Napoleão Maracajá, que se tornou um anjo para o Sintab e possibilitou a conquista de mais esse sonho.

A minha querida orientadora, Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, que desde o início, na sua primeira aula deste curso, me mostrou a importância da emancipação feminina, como profissional e intelectual. Afinal, a atenção, o carinho, o estímulo, a compreensão e o amor que me deu foram a alma desta vitória. Meus sinceros agradecimentos, Val.

Não posso deixar de lembrar aqui da minha amiga e companheira Ivone Agra que desde o início, antes mesmo do curso começar, me incentivou e me ajudou com materiais que possibilitaram meu crescimento intelectual. Além, é claro, das nossas boas conversas no Facebook e das boas lembranças nos tempos da UFCG.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este sonho se realizasse.

Muito obrigada!

É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.

Simone de Beauvoir (1980)

RESUMO

A monografia discute a emancipação feminina abordada ou silenciada nos livros didáticos de história. Nessa discussão, realiza uma contextualização histórica sobre as lutas e resistências das mulheres diante da subjugação e opressão dos homens que historicamente vêm se configurando como verdadeiros detentores do poder, legitimado pela sociedade vigente. Está respaldada em uma pesquisa bibliográfica que procurou recuperar os aspectos fundamentais da temática, assim como, em uma análise do livro didático de História do ensino fundamental II, partindo da premissa em observar e discutir a visibilidade ou não da mulher nesse instrumento didático. Neste sentido, problematiza as conceituações tradicionais da sociedade patriarcal a partir do século XIX e desenvolve um debate intensivo em torno das manifestações femininas devido tamanha exaltação das “vozes” masculinas, submetendo as mulheres a elevados graus de submissão e inferioridade. Embasada nos estudos de Burke (2011), Foucault (2011), Lopes (2001) Fonseca (1988) a pesquisa aborda a resistência das mulheres ao serem acusadas de dissidentes e perturbadoras da ordem estabelecida para as mesmas, no ato de envolvimento e atuação nos movimentos sindicalistas e feministas que sofreram enormes “blecautes” do masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Livro Didático, Sociedade Patriarcal, Resistências Femininas.

SUMÁRIO

0. INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO I.....	14
1.1 A EXCLUSÃO FEMININA DA SOCIEDADE: HISTÓRIAS DE UM PASSADO NÃO TÃO DISTANTE	15
1.2 A INSERÇÃO DO FEMININO NO MUNDO DOS NEGÓCIOS.....	25
2. CAPÍTULO II	33
2.1- O FEMININO DO PRIVADO PARA O PÚBLICO.....	34
2.2- O LUGAR DO FEMININO NA ESFERA PÚBLICA.....	40
3. CAPÍTULO III	47
3.1- VISIBILIDADE OU INVISIBILIDADE FEMININA NO LIVRO DIDÁTICO.....	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a importância de discutir o feminino diante do poder subjugativo do masculino na esfera privada da sociedade ao longo dos séculos XIX, XX e XXI no Brasil. Constatando as lutas reivindicatórias de muitas mulheres para se inserirem no mercado de trabalho, destaca-se, aqui, a emancipação feminina discutida pelos autores dos livros didáticos de História de 9º ano.

Foi desenvolvido a partir da discussão com alguns autores que trabalham com ensino de história, mulheres e livros didáticos; constituindo-se, portanto, em um estudo bibliográfico. Neste, buscamos compreender como as mulheres foram inseridas ou mesmo pensadas nos livros didáticos, analisando sua visibilidade ou invisibilidade nesses instrumentos pedagógicos.

Por conseguinte, tomamos como temporalidade os séculos XIX, XX, XXI, nos quais, segundo os autores pesquisados, encontramos a luta das mulheres para adentrarem no setor público da sociedade e obterem suas conquistas no que se refere ao preconceito sexual e à discriminação social uma vez que para a sociedade o destinado às mesmas seria o setor privado.

A localidade deste estudo é o mundo ocidental sendo o eixo principal o Brasil; espacialidade que nos períodos discutidos aqui, passou por diversas transformações econômicas e culturais. *Locus* que serviu de cenário para as manifestações femininas de modo a se libertarem da exclusão social.

A escolha por discutir a temática aqui apresentada se deu em virtude de querermos mostrar que, mesmo subjugadas pelo masculino, as mulheres não se calaram, diante do silêncio conferido a elas, buscaram e buscam meios para se emanciparem.

Neste percurso, nos reportamos às vozes femininas que não aceitaram caladas as atuações e exclusões destinadas a elas. Assim sendo, as reivindicações das mulheres, promoveram uma verdadeira reviravolta da sociedade atual.

Evidenciamos como as lutas femininas modificaram a sociedade e como as mulheres obtiveram a conquista pelos seus direitos, pois na sociedade patriarcal do século XIX e mesmo antes desse período, o lugar conferido às mesmas estava destinado ao setor privado. No entanto, isso não as impediu de seguir adiante e de buscarem a realização de seus anseios.

Optamos por fazer um estudo que se fundamentou em uma análise bibliográfica, atualizando os debates apresentados por autores que visam o estudo sobre feminino, ensino de história e livro didático. Destacamos aqui as contribuições de Dermeval Saviani (2006), Michelle Perrot (1988), Peter Burke (2011), Martha Abreu e Rachel Soihet (2009), Mary Del Priore (2004), Thaís Nivia de Lima e Fonseca(2011), Vera Maria Candau(2000), Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001), Vera Regina Veiga França (2002), entre outros.

Decidimos pela elaboração de três capítulos intitulados respectivamente de: Lutas e Conquistas das Mulheres do Passado ao Presente; As Conquistas do Feminino numa Sociedade Machista e A Discriminação social, sexual e educacional do feminino: uma breve análise do livro didático de História.

No primeiro capítulo, discutimos os meios de exclusão que as mulheres passaram no passado e como as mesmas se inseriram no mundo dos negócios. No segundo capítulo, destacamos brevemente a aquisição de algumas conquistas femininas e como as mulheres se inseriam na sociedade machista atuando nos papéis conferidos aos homens.

No terceiro capítulo, nos voltamos para a análise de livros didáticos de História do 9º ano, no que se refere aos espaços oferecidos por estes recursos didáticos às mulheres.

Ressaltamos, ainda, que o masculino se configurou como o manipulador da sociedade machista, buscando submeter o feminino com seus interesses. Consideramos que esse estudo se faz necessário e vem promover uma discussão sobre a emancipação feminina abordada ou silenciada nos livros didáticos de História. Aqui voltamos o nosso olhar para as lutas e resistências das mulheres diante da subjugação e opressão de homens “detentores do poder” legitimado pela sociedade então vigente. Localizamos ações táticas, levadas a efeito pelo feminino, que se dão no sentido de ir em encontro das conquistas por direitos iguais.

Portanto, desenvolvemos uma entre tantas outras perspectivas de pensar as mulheres enquanto sujeitos que integram ativamente uma sociedade machista, considerando aqui o contexto da sociedade Moderna e Contemporânea.

Nosso objetivo como historiadora vai no sentido de contribuir para focalizar temáticas que ainda carecem ser mais bem analisadas. Certamente que estudar o feminino em um período de que hegemonicamente sobressaem os estudos sobre os aspectos tidos como embaixadores de mentalidade machista do homem de outrora,

em detrimento da discriminação das mulheres, é criar uma tradição sobre o que pesa um grande silêncio escriturístico. Aqui nos aliamos aos esforços de pesquisadores que trouxeram a temática do feminino sob o discurso manipulador dos homens para a cena historiográfica em âmbito nacional. Somos conscientes de que nosso exercício vem a provocar um lugar para os estudos sobre mulher no âmbito das produções do curso Especialização em Formação de Professores da Educação Básica da UEPB.

Por fim, ressaltamos nossa opção por uma perspectiva teórico-metodológica que se apóia nos estudos feitos pela História Cultural, estabelecendo uma interlocução com as contribuições advindas das leituras de Michel Foucault. Compreensão esta que nos possibilitou pensar os discursos conferidos às mulheres nos livros didáticos de História enquanto constituidores de análises discursivas que foram sendo preservados a partir das leituras aqui produzidas nos diferentes contextos e a partir de preocupações aos mesmos inerentes.

CAPÍTULO I

1. LUTAS E CONQUISTAS DAS MULHERES DO PASSADO AO PRESENTE

Muitos são os conflitos pelos quais vivenciaram diversas mulheres desde que resolveram se inserir na sociedade masculina. Na Idade Média, por exemplo, a mulher só se tornava integrante do meio social no momento em que aderiu ao matrimônio. Sendo assim, o casamento representava a “porta” de entrada do feminino no mundo social e assim essas mulheres conseguiam sair do anonimato e da exclusão.

Se pararmos para refletir, hoje mesmo no Brasil, o “olhar” dirigido às mulheres pelos homens é “carregado” de restrições, de desconfiança. Seus atributos intelectuais eram postos a “prova”, pois eram consideradas fracas e pobres de inteligência.

Na sociedade patriarcal do século XIX, o lugar conferido às mulheres estava destinado ao setor privado, já que, não tinham condições de enfrentar o público na mentalidade do masculino, é claro. No entanto, isso não as impediu de seguir adiante e de buscarem a realização de seus anseios.

Neste caso, o discurso de exclusão ao feminino se tornou um meio capaz de retratar as mulheres como seres insignificantes, mas deixou nas “cabeças” delas um desejo forte de fuga uma vez que para participar da vida social só cabia aos homens. Mesmo assim, com lutas constantes, muitas obtiveram a superação destes entraves.

Observamos que ao longo da história o sexo feminino teve que provar de todas as formas a sua capacidade de entrar na vida pública, pois este lugar sempre foi destinado com segurança aos homens e mesmo com toda esta negatividade ao seu respeito, muitas mulheres não desistiram e conseguiram conquistar o mercado de trabalho, com muito esforço e investimentos caríssimos.

Todavia, o feminino obteve certa ajuda se valendo dos movimentos feministas a partir da década de 1960 e 1970. A partir daí muito se fez para ajudar

as mulheres a se inserirem no mundo dos negócios. Uma das formas dessa conquista foi a institucionalização de escolas preparativas para ambos os sexos, já que antes só podiam participar deste universo os homens. Como vemos, para as mulheres conquistarem sua emancipação muito foi feito. Após muitas lutas, aos poucos conseguiram enfrentar a subjugação masculina e a exclusão social.

1.1 A EXCLUSÃO FEMININA DA SOCIEDADE: HISTÓRIAS DE UM PASSADO NÃO TÃO DISTANTE

Os estereótipos vivenciados pelas mulheres ao longo da história são inúmeros. Já na Idade Média as mulheres só se tornavam integrantes do meio social quando “bem casadas”. Neste meio, apenas os homens tinham liberdade de decisão e de atitude. Conforme o medievalista Georges Duby (1989, p. 97) “A mulher só alcançava existência jurídica, só entrava na vida casada. Só a partir daí ela sobe um degrau suplementar quando, no casamento, realiza aquilo para o qual foi tomada por um homem, quando dá à luz.” Portanto, o casamento se tornava, assim, uma ótima razão para a mulher sair da condição de anônima e excluída, para se tornar a esposa.

Podemos analisar a questão feminina na Idade Média como sinônimo de obediência e submissão. A mulher devia atender todos os preceitos do marido e também da família deste último. Outro medievalista trata desse fato de maneira bem similar aos nossos estudos. Nesse caso, José Rivair de Macedo (1990, p. 15) em seu livro “A mulher na Idade Média” nos mostra que o casamento era, antes de tudo, um pacto entre duas famílias. Nesse ato, a mulher era ao mesmo tempo doada e recebida, como um ser passivo. Sua principal virtude, dentro e fora do casamento, deveria ser a obediência, a submissão.

No entanto, toda a submissão feminina da Idade Média estava longe de ser acatada por todas as mulheres. Havia aquelas que se refugiavam nos conventos ou até na inserção de movimentos contestatórios, isto é, os movimentos heréticos. Todavia, a “rebeldia feminina” não parou na Idade Média, pois nos meados do século XIX as mulheres “driblavam” o machismo de homens dotados de preconceito. Elas, as “diferentes”, se refugiavam dentre tantos lugares, na sala de aula, atuando como professoras, mesmo sendo tratadas pelo masculino como “desprovidas de

inteligência”. Podemos confirmar nossas afirmativas retomando o texto “Mulheres na sala de aula” da autora Guacira Lopes Louro, inserido no livro “História das Mulheres no Brasil”, organizado por Mary Del Priore. Para esta autora:

A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão “*natural*” era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns, parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas portadoras de cérebros “pouco desenvolvido” pelo seu “desuso” a educação das crianças. (PRIORE, 2004, p. 450).

É bem evidente no Brasil este “olhar” cheio de restrições diante das mulheres, principalmente no passado, pois estas eram tratadas com certa desconfiança e seus atributos intelectuais eram “cassados” pelos homens. Os mesmos acreditavam que elas eram incapazes de ensinar crianças, já que o designado para as próprias seria o trabalho com a casa, o cuidado do marido e a educação.

Muitos são os discursos definidores do papel da mulher, no século XIX. Por exemplo, ocorre uma distinção muito expressiva entre homens e mulheres, cabendo a estas últimas o lugar reservado ao setor privado da sociedade; ou seja, os cuidados com a casa, com os maridos e com os filhos. De acordo com a historiadora Michelle Perrot, em sua obra “Os Excluídos da História”, publicada em 1988:

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. (PERROT, 1988, p. 186)

Como vemos, a forma de inferiorizar o feminino se prolonga ao passo em que a história vai se construindo; cabendo a nós pesquisar mais a fundo a respeito desse lugar destinado às mulheres e nos perguntarmos: será que este papel de “mãe, de dona-de-casa” é a verdade que corresponde aos anseios femininos? Assim, vamos refletir a partir das afirmações de Michel Foucault (1996, p. 20) no livro “A ordem do discurso”, para o qual o “discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma, liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”.

Sabemos que o discurso da exclusão feminina que se tornou uma verdade mascarada, deixa-nos muitas indagações e, como professora, resolvemos investigar

como estas questões estão sendo trabalhadas nos livros didáticos. Desta forma, nos debruçamos aqui na análise do livro didático de História do 9º ano do Ensino Fundamental, intitulado “Nova História Conceitos e Procedimentos” e observamos que os autores Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, nos treze capítulos da obra didática, deixaram de inserir o discurso feminino. Apenas mencionando tal temática no boxe – VIDA COTIDIANA - que a propósito trata-se de um texto resumido contido na página 108, com o título “A situação das mulheres”. Neste texto, os autores fazem uma breve menção ao papel da mulher antes e após a Primeira Guerra Mundial.

VIDA COTIDIANA

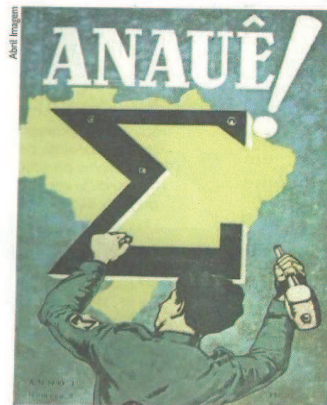
A situação das mulheres

Embora o discurso dominante pregasse às mulheres uma norma elaborada pelas elites sobre o papel da esposa e dona de casa, e para os homens o papel de chefe de família – regras de vida que deveriam valer para toda a população –, pode-se dizer que foram sobretudo as mulheres das camadas abastadas das maiores cidades que se ligaram aos seus maridos pelos “indissolúveis laços do matrimônio” civil e religioso. E acabaram afastadas das atividades produtivas realizadas dentro de casa, usufruindo dos novos bens de consumo, e dedicando-se exclusivamente à administração da casa e aos cuidados dos filhos, sob a retaguarda de um marido provedor; [...]

A maioria das mulheres vivia relações conjugais consensuais, sem uma presença masculina efetiva no lar; ou convivía com companheiros que não tinham um trabalho nem efetivo nem regular. Juntamente com os serviços domésticos realizados da maneira mais dura e tradicional, cuidavam dos filhos e exerciam várias atividades ao mesmo tempo, para prover a própria subsistência e a da família. Muitas dessas atividades eram extremamente pesadas, em nada correspondendo à frágil natureza feminina ensinada pelos médicos e juristas, como a derrubada de matas, a construção civil, além de outras mais conhecidas, como a confecção de produtos manufaturados, o pequeno comércio e o artesanato doméstico. [...]

É certo que, com o desenvolvimento industrial e urbano, o acesso a uma melhor escolaridade, a divulgação pela imprensa de uma participação maior das mulheres no espaço público depois da Primeira Guerra, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, o avanço do feminismo e as frequentes reivindicações das mulheres por maiores oportunidades acabaram por abrir algumas novas profissões para as brasileiras fora do lar:

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil-República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 400-2.



Capa da edição de maio de 1935 da revista *Anauê*, lançada pela Ação Integralista Brasileira.

Integralistas e comunistas

Ao lado das lutas pela Constituição, cresceram os **conflitos** entre os defensores de diferentes propostas políticas. As ideias autoritárias difundidas na Itália, Alemanha e em outros países da Europa também se firmaram no Brasil. Em 1930, foi fundado o Partido Fascista Brasileiro e, em 1932, a Ação Integralista Brasileira, que defendia o nacionalismo e a organização de um Estado forte. Além de anticomunistas, os integralistas também eram antissemitas, contra o liberalismo e submetiam seus militantes a uma disciplina militar.

Os comunistas reagiram ao crescimento das ideias autoritárias

no Brasil criticando-as em artigos na imprensa e em manifestações públicas. Muitas vezes essas manifestações eram atacadas por integralistas e terminavam em pancadaria.

Seguindo uma orientação da Internacional Comunista, buscaram formar alianças com os diversos setores descontentes com o governo. Os comunistas também lideraram a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Entre os participantes na ANL havia liberais, socialistas e tenentistas.

As lideranças da ANL criticavam a política econômica e a falta de participação política e propunham o cancelamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras, a reforma agrária e a constituição de um governo popular. Em pouco tempo a ANL conquistou adeptos em todo o país, realizando manifestações que reuniam milhares de pessoas.

Figura 1 Imagem retirada do livro didático DREGUER, Ricardo. *Novo História: Conceitos e Procedimentos*, 9º ano/ Ricardo Dreguer, Eliete Toledo; cartografia Mario Yoshida. – 2. Ed. – São Paulo: Atual, 2009.

Todavia, as novas indagações persistem, ao ponto de levarmos a refletir sobre a forma que esta mínima informação acerca das mulheres do passado possa ou não influenciar as representações dos estudantes a respeito destas. Se parmos para pensar, o professor de História desempenha um papel fundamental para introduzir “os excluídos” em sala de aula de modo bem didático e com discussões

coerentes. Uma das possibilidades é estar preparado para trabalhar a sexualidade; ou seja, o estudo de homens e mulheres sem distinções pode ser facilitado se estiverem “munidos de armas” diversas, e não se espelhar e fundamentar o seu trabalho apenas nos livros didáticos.

Outro aspecto que consideramos relevante abordar é que o “fazer” do professor deve estar também baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 5ª a 8ª séries, os PCN’s. Neste documento os professores encontrarão fundamentos para o seu trabalho nos cadernos dos Temas Transversais que orientam os professores para o trabalho com esta temática.

Os educadores precisam estar atentos para a necessidade de repetir conteúdos já abordados. Os alunos vivem suas curiosidades e interesses na área da sexualidade em momentos próprios e diferentes uns dos outros; ocorrendo muitas vezes estudo e discussão de um tema com pouca apropriação desse conhecimento para alguns. A retomada é importante e deve ser feita sempre que as questões trazidas pelos alunos apontarem sua pertinência. (PCN, s, 2002, p. 321)

Entretanto, assim como “os alunos vivem suas curiosidades e interesses na área da sexualidade em momentos próprios e diferentes uns dos outros”; homens e mulheres são diferentes, mas não quer dizer que os primeiros sejam superiores aos segundos; mesmo que, no entanto, ocorra uma discrepância muito espantosa no decorrer da história. Para Suely Gomes Costa, autora do texto “Gênero e História”, encontrado na obra “Ensino de História Conceitos, Temáticas e Metodologia”; organizada pelas autoras Martha Abreu e Rachel Soihet, (2009, p. 192), “nas condições de desenvolverem atividades idênticas a dos homens, as mulheres ficam, com frequência, expostas à novas hierarquias e à salários menores; sofrem discriminações de muitos tipos e vivenciam, sob muitas formas, a opressão masculina.”

Por conseguinte, oprimir as mulheres era uma das mais impressionantes tarefas discursivas e operantes da sociedade de outrora e em certos casos, da sociedade atual. Participar da vida pública era questão de superar inúmeros contratempos, preconceitos e “bloqueamentos” masculinos. Uma mulher que ansiasse em ser atuante no mercado de trabalho, enfrentava uma série de impedimentos que podiam até provocar a desistência da mesma deste universo; mas, a luta tinha que continuar. Para Margareth Rago no texto “Trabalho Feminino e Sexualidade”, inserido na obra organizada por Mary Del Priore “História das Mulheres do Brasil”, publicada em 2004:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da Classe Social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação, intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens como “naturalmente masculino”. (PRIORE, 2004, p. 581- 582).

Como vimos, no discurso masculino não cabia às mulheres a esfera pública, o lugar conferido a elas não seria o “mundo dos negócios”. E caso algumas delas se atrevessem ficavam sem a “imunidade” e passavam a correr sérios riscos, entre vários, o não tão menos grave, assédio sexual. Para muitas, o difícil mesmo era o lugar privado; isto é, a casa, a maternidade e assim se inseriam, a contra gosto dos homens, na sociedade, se tornando então uma verdadeira problemática para estes que tanto a excluía. Neste caso, segundo Lopes e Galvão:

Ser mulher nunca foi fácil. Esse excesso de proibições, vigilância e discursos normativos, no entanto, acabaram por, em todas as épocas, gerar comportamentos considerados desviantes, perigosos, indignos, heréticos. A mulher com toda sua fragilidade era capaz de ameaçar a sociedade [...] a loucura foi também atribuída a várias mulheres que se mostravam indignas ou inconvenientes aos propósitos de seus pais, irmãos ou maridos. (LOPES e GALVÃO, 2001, P. 74)

Assim, é importante destacarmos que a mulher “desviante” era tida como louca, pois fugia dos padrões da normalidade quando se voltavam para aquilo que a sociedade havia destinado apenas aos homens. Sobre isto, Perrot nos informa que:

Ora a mulher é fogo, devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, consumindo as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, que a psicanálise, guardiã da paz das famílias, colocará na categoria das neuróticas; filha do diabo, mulher louca, histérica herdeira das feiticeiras de outrora. A ruiva heroína dos romances de folhetim, essa mulher cujo calor do sangue ilumina pele e cabelos, e através da qual chega a desgraça, é a encarnação popular da mulher ígnea que deixa apenas cinzas e fumaça. (PERROT, 1988, p. 187-188)

Como vemos o próprio discurso da sociedade já é controlador; pois “o ser mulher”, nesse ambiente, é uma questão de desordem, de descumprimento das regras, sendo que, estas últimas, são fundamentais para os homens, em certos casos. Muitas mulheres fogem dos padrões e investem em seus próprios interesses;

porém, de acordo com Michel Foucault (1996, p.67), “estamos muito longe de haver constituído um discurso unitário e regular da sexualidade; talvez não cheguemos nunca a isso e, quem sabe, não estejamos indo nessa direção. Portanto, as disparidades entre homens e mulheres são bem imensas.

Com isso, é nítida a constatação de que a figura masculina ao longo da história se sobressai, diante da figura feminina ao ponto de diversos discursos serem construídos a partir da depreciação da mulher, principalmente, da trabalhadora urbana no Brasil; pois segundo Margareth Rago, no livro organizado por Mary Del Priore, “História das Mulheres no Brasil”:

[...] Até recentemente, falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal. (PRIORE, 2004, P.579)

A figura feminina, ao longo da história, foi se destacando como um ser inferiorizado, em muitos casos contra a sua própria vontade. As mesmas, para estabelecer certa equidade de direitos, se lançam na vida como “dissidentes” e foram à luta pelo que lhes pertence. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 5ª a 8ª séries, abordando os Temas Transversais, nos direcionam ao fato que desde cedo mulheres e homens precisam compreender que ambos são seres capazes de viverem em harmonia. No mesmo ensejo, é apontado o cuidado e a reflexão para com a inclusão da questão de gênero nas escolas, destacando sua importância e seu valor. Assim, os PCN’s nos revelam que:

O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. [...] A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. (PCN’S, 2002, P.322)

Combater precocemente os estereótipos conferidos às mulheres se faz mais que necessário. Porém, existe ainda instrumentos utilizados em sala de aula que tornam o trabalho do (a) educador(a) bem mais dificultado; ou seja, excluem de seus discursos o debate que traz à tona a reflexão sobre o papel da mulher na sociedade. No entanto, ao percebermos esse fato no livro didático de História do 9º ano dos

autores Nelson Piletti, Claudino Piletti e Thiago Tremonte; observamos que os autores discutem no capítulo 20 o tema “África: pobre ou empobrecida?” Neste capítulo encontramos um tópico intitulado “O papel da mulher”, que “exalta” a força da mulher africana por melhores condições de vida. Assim, vejamos um pequeno trecho do mesmo:



Figura 2 Imagem retirada do livro didático. PILETTI, Nelson. História e Vida Integrada 9º ano/ Nelson Piletti, Claudino Piletti, Thiago Tremonte. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2009.

Percebemos que de certa forma o livro didático de História acaba de alguma maneira colocando a mulher num patamar de vítima de alguma opressão masculina. No entanto, as mesmas precisam “arregaçar as mangas” e enveredar pela busca por melhores condições de vida e até salariais. Neste mesmo livro, a mulher é mencionada também, no capítulo 25, intitulado “Movimentos Sociais no Brasil”, no tópico “A mulher no mercado de trabalho”. Neste se destacam pesquisas feitas pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que revelam o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Assim, vejamos uma imagem que reporta bem o mencionado no referido livro didático:



Figura 3 Imagem extraída do livro didático: PILETTI, Nelson. História e Vida Integrada 9º ano/ Nelson Piletti, Claudino Piletti, Thiago Tremonte. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2009.

De acordo com os autores, neste capítulo, para serem inseridas na sociedade, as mulheres eram acima de tudo inovadoras, capazes de adquirirem muito sucesso. Todavia, muitos homens questionavam a “legalidade” das atitudes femininas fora do lar, pois para eles o papel das mesmas era o de mantenedora do lar e não fora do mesmo. Segundo Margareth Rago:

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (PRIORE, 2004, P.585).

Como vemos, ocorre uma preocupação nítida com a possível falta de interesse pelo casamento e pela maternidade. A questão que se colocava era: e se todas concordarem com as investidas de lançarem-se no mercado de trabalho? Para diversos homens, é preferível que o feminino seja silenciado, pois assim, será mais bem controlado. Conforme Suely Gomes Costa (2009, p.190) “vozes inaudíveis, ampliadas através dessa orientação, denunciariam o quanto a historiografia de diferentes épocas havia mantido tantos sujeitos históricos, inclusive as mulheres, silenciadas, por colocá-los em áreas de notável invisibilidade”. Com isso, o discurso historiográfico nos induz ao fato que as mulheres são em muitos casos vitimadas e excluídas desde que tentem a inserção no trabalho fora do lar.

1.2. A INSERÇÃO DO FEMININO NO MUNDO DOS NEGÓCIOS

Muito árdua foi a introdução do feminino no mercado de trabalho. Diversas mulheres foram discriminadas no decorrer da história e esse quadro precisava ser transformado e os espaços socialmente construídos. Assim, a autora Rago nos informa que:

As relações entre homens e mulheres deveriam ser, portanto, radicalmente transformadas em todos os espaços de sociabilidade. Num mundo em que mulheres e homens desfrutassem de condições de igualdade, as mulheres teriam novas oportunidades não só de trabalho, mas de participação na vida social. A condição feminina, o trabalho da mulher fora do lar, o casamento, a família e a educação seriam pensados e praticados de uma maneira renovada. (PRIORE, 2004, p.597).

Sendo assim, notamos que o discurso em torno da “entrada” da mulher no mercado de trabalho está se modificando ao passo que são pensadas novas oportunidades no meio social. Porém, muito ainda deverá ser feito para que o

feminino tenha seu “lugar ao sol” na sociedade, pois muitas mulheres conviveram e convivem com os estereótipos da vocação para o lar e para a maternidade, direcionados a cada uma delas que tivessem como “futuro promissor” o casamento. Neste sentido, continuamos concordando com Rago, ao discutir essa questão na obra já mencionada aqui, “História das Mulheres no Brasil”, organizada por Mary Del Priore:

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse *seus* caminhos estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. (PRIORE, 2004, p. 609-610).

Mesmo a educação feminina sendo voltada para o setor privado, isto é, a educação doméstica, direcionada à formação da esposa perfeita, encontramos um pequeno boxe no livro didático de História, intitulado “História e Vida Integrada” de Nelson Peletti e Claudino Piletti.¹ O mesmo nos informa que a participação da mulher no mercado de trabalho cresceu e cresce gradativamente no Brasil. Trata-se de um pequeno trecho com o título “A mulher no mercado de trabalho”; encontrado no Capítulo 22 “Brasil: terra e trabalho”; que em pouquíssimas palavras nos informa a diferença bem nítida entre homens e mulheres inseridos no mundo dos negócios. A preferência a priori era dada aos homens que se apresentavam em maioria, mesmo as mulheres se mostrando com um grau de escolaridade maior que o dos homens; as condições salariais eram bem melhores para o masculino. Com isso, percebemos o quanto a mulher era inferiorizada nesses espaços.

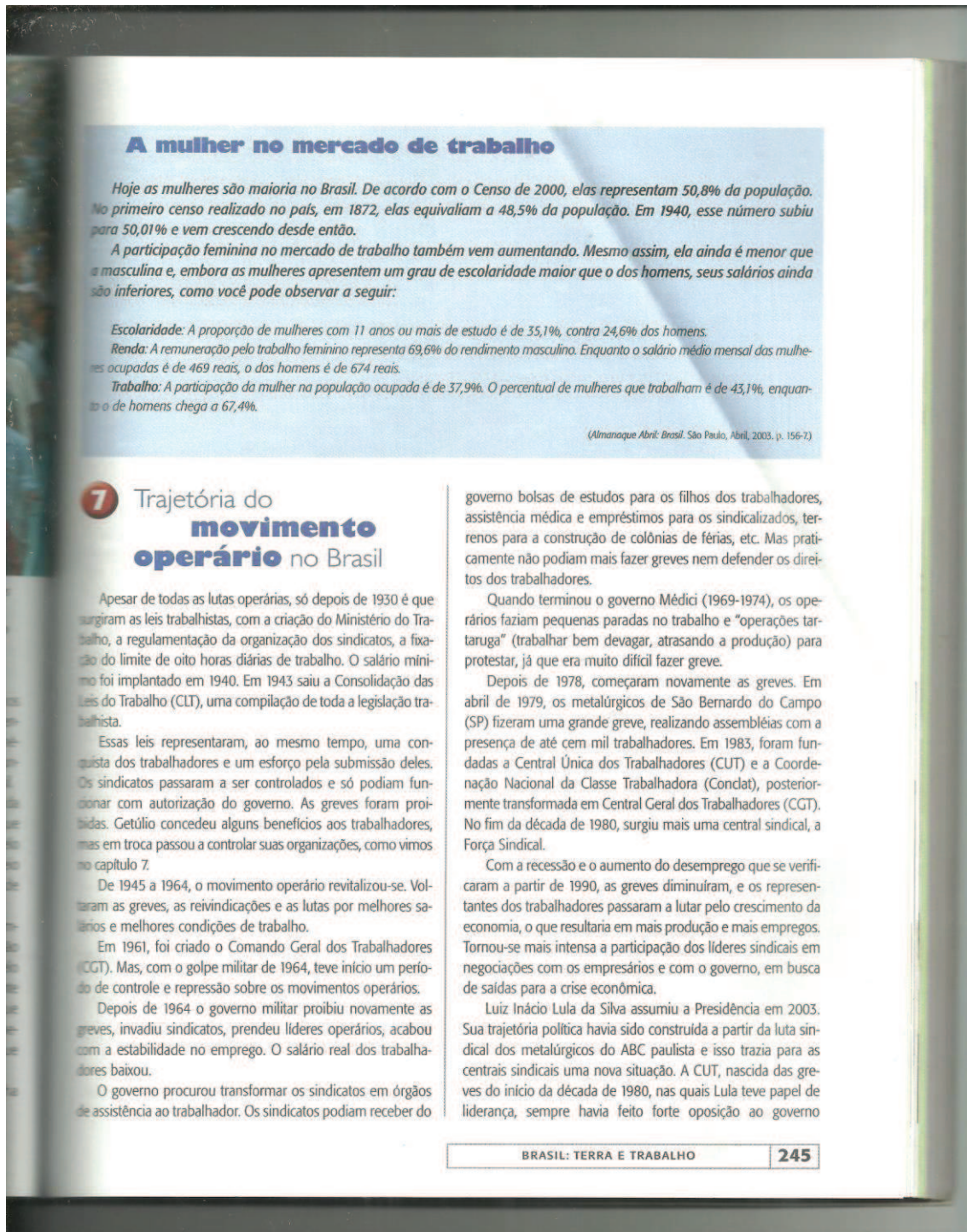


Figura 4 Imagem extraída do livro didático: PILETTI, Nelson. História e vida integrada: livro do professor / Nelson Piletti, Claudino Piletti. - - Nova Ed. reform. e atual. - - São Paulo: Ática, 2005.

Durante décadas, esse contraste vem passando por um processo de degradação e com o tempo a tendência é ocorrer uma transformação, pois tal desigualdade não se sustenta mais na sociedade atual. E, ainda, afirmamos nossas conclusões a partir do discurso de Suely Gomes Costa, no livro

organizado pelas autoras Martha Abreu e Rachel Soihet (2009, p. 194), “Ensino de História conceitos, temáticas e metodologia”; ao afirmarem que as “assertivas marcadas por rígidas oposições entre o masculino e o feminino, por um tratamento cheio de contrastes, de claros e escuros, não mais se sustentam.”

Como vemos para as mulheres se inserirem no mercado de trabalho, foi preciso haver muitas investidas e uma das mais importantes “vestiu a roupagem” daquilo que nas décadas de 1960 e 1970 recebeu no Brasil o nome de movimento feminista. Por conseguinte, diversas mulheres foram às ruas e lutaram pela obtenção dos mesmos direitos masculinos, assim, segundo Lopes e Galvão:

A partir das décadas de 1960 e 1970, tomou forma, no Brasil, o que em outros países já existia sob o nome de movimento feminista. [...] As mulheres foram às ruas e fizeram passeatas de protesto contra as tradicionais, e muitas vezes dissimuladas, formas de opressão; as mulheres invadiram campos profissionais até então reservados aos homens (mesmo que não se soubesse por quem) como a engenharia, a medicina, o direito; as mulheres fizeram literatura, publicaram seus diários íntimos, tornaram-se produtoras e diretoras de teatro e cinema. (LOPES e GALVÃO; 2001 p.68).

Como constatamos os direitos femininos de participação no mercado de trabalho, bem como, na própria sociedade, na esfera pública, foram e estão sendo garantidos a partir de muitas lutas. Apesar disso, cabe muitas vezes aos educadores irem introduzindo o debate sobre a importância do fim da exclusão da mulher, principalmente no momento em que a mesma segue na busca por melhorias em suas condições de vida. Os Parâmetros Curriculares Nacionais com os Temas Transversais acordam para o estudo da inserção do feminino neste âmbito e em todos os setores sociais ao afirmarem que:

A história das mulheres, suas lutas pela conquista de direitos e as enormes diferenças que podem ser encontradas ainda hoje nas diversas partes do globo, constitui tema de estudo, tanto em História quanto em Geografia e mesmo em Matemática, ao utilizar dados para análise dos avanços progressivos do movimento de mulheres ao longo do tempo. Esses avanços referem-se principalmente à maior participação das mulheres na esfera pública em todos os aspectos: na política, na cultura, no trabalho remunerado e outros. (PCN's, 2008, p. 323)

Observamos que há um forte incentivo por parte dos PCN's em relação à temática em sala de aula visando educar o aluno para lidar com a questão da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como, em outros setores da esfera pública. E esta inserção é bem nítida ao destacarmos a forma como o magistério se voltou para o feminino, já que, antes do século XIX, a educação era apenas conferida aos homens no Brasil. No entanto, a partir desta época, as mudanças foram ocorrendo e assim a autora Guacira Lopes Louro, com o trabalho "Mulheres na sala de aula", desenvolvido para o livro "História das Mulheres no Brasil" organizado, como já comentado, pela historiadora Mary Del Priore; informamos que:

O abandono da educação nas províncias brasileiras, denunciado desde o início do Império, vinculava-se, na opinião de muitos, à falta de mestres e mestras com boa formação. Reclamavam, então, por escolas de preparação de professores e professoras. Em meados do século XIX, algumas medidas foram tomadas em resposta a tais reclamos e, em, algumas cidades do país, logo começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para a formação de docentes. (PRIORE, 2004, p. 448).

Neste caso, com a institucionalização de escolas preparatórias para ambos os sexos, ficava "fácil", então, a inicialização das brasileiras no âmbito profissional, destinadas às salas de aulas. Mas, para esta presença feminina no ambiente educacional profissionalizante a justificativa trazia a tona mais um meio de discriminar as mulheres; pois, já que tratava-se do sexo feminino nada mais que oportuno unir o útil ao agradável; ou seja, deixar as mulheres, "futuras mães", no cargo de educar crianças e ao mesmo tempo, aprender a educar os filhos. Ainda, segundo Guacira Lopes Louro:

Outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, "por natureza", uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e "naturais educadoras". Portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava de certa forma, "a extensão da maternidade", cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha "espiritual". (PRIORE, 2004, p. 450).

A justificativa de confiar o trabalho de educar as crianças nos faz refletir como a sociedade do século XIX em diante representava as mulheres, consideradas preparadas apenas para o cuidado com o lar, com o marido e com os filhos; pois se o feminino enveredasse para o público, especificamente, para a sala de aula como profissional, estaria voltada para a ampliação da sua função "natural". No entanto, as condições salariais estavam pautadas no grau de inferioridade em relação aos homens; sendo que estes, hierarquicamente, se enquadravam no grau superior às mulheres, assim Suely Gomes Costa nos informa que:

Nas condições de desenvolverem atividades idênticas a dos homens, as mulheres ficam, com frequência, expostas a novas hierarquias e a salários menores: sofrem discriminações de muitos tipos e vivenciam, sob muitas formas, a opressão masculina etc. (ABREU e SOIHET, 2009, p. 192)

Variadas foram e ainda são as discriminações das mulheres para adentrarem no universo trabalhista e, portanto, precisam provar que são mais que capazes para se introduzirem e permanecerem neste “lugar” masculino. Este discurso de pertencimento é analisado de forma transitória, pois, a dominação dos homens vem sendo construída para se dissolver à medida que o feminino descubra e lute por seus direitos. A esse respeito Michel Foucault contribui nos ajudando a pensar um pouco sobre a realidade voltada para o discurso que com o tempo se torna transitório, podendo até ser finalizado:

O discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 1996, p. 08)

Apesar deste discurso que passou a ser conhecido como transitório, a mulher ainda passou muito tempo na batalha pela institucionalização do seu sonhado “lugar” no mundo dos negócios e superou diversas barreiras; além do fato de conviver na profissão de professora a partir do propósito de se destinar a uma extensão do lar, as mesmas foram também preparadas para atuarem como educadoras destinadas a trabalhar com a educação religiosa. De acordo com Galvão e Lopes:

Mas durante muito tempo, foi só nos conventos que a mulher ocupou legitimamente o lugar daquela que ensina. O ensinamento nos conventos foi - e possivelmente é - de diferentes espécies. Há alguns em que o ensinamento - quase todo a cargo das mulheres - se limita a uma socialização para a própria ordem (ou congregação) e para a devoção à vida religiosa. (GALVÃO e LOPES, 2001; p. 72)

Como vemos, o destino das mulheres que se voltavam para as salas de aula se direcionava ao cargo da educação, baseada na maternidade, assim como na religiosidade. Temos, neste caso, a confirmação e a justificativa capaz de lançar o

feminino no mercado de trabalho. Por conseguinte, ocorre uma luta para retirar as vozes femininas do anonimato, do silêncio e, assim, conforme Suely Gomes Costa:

Exames do material de ensino da história favorecidos pelos estudos de gênero têm reafirmado a necessidade de prosseguir no esforço de retirada das mulheres das áreas de invisibilidade, mas vendo-as em sua pluralidade, a partir das demais relações sociais. Só por admiti-las como sujeitos históricos, colocam-se de pernas para o ar muitas certezas e os modelos universais de análise dos sistemas de poder e subordinação nas relações sociais de qualquer tipo. (ABREU e SOIHET, 2009, p. 198-199)

Com isso, evidenciamos que a mudança de papel conferido às mulheres abala as estruturas do modelo vigente, instituído pelo masculino. Sendo assim, cabe às mesmas um profundo esforço para saírem do anonimato, da invisibilidade. Portanto, a situação das mulheres, durante muito tempo, se estabeleceu a partir de muita coragem e “rebeldia”.

Apesar de diversas mulheres adentrarem no mundo dos negócios, muitas tinham que conviver com o “fantasma” da subjugação masculina. Elas careciam ter um comportamento exemplar e de forma alguma deveriam se exaltar, pois o “status” a que estavam inseridas não permitia extravagâncias. Com isso, caso a escolha fosse a sala de aula, as professoras, não podiam jamais esquecer que eram antes de tudo, mulher, moça, esposa, filha ou mãe de homens que a viam exclusivamente como inferiores. Para Guacira Lopes Louro:

Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho deveria ser exercido de modo a não afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. (PRIORE, 2004, p.453)

É notória a preocupação da sociedade patriarcal com o desenvolvimento do feminino nos variados setores da esfera pública e assim, procuraram educar as mulheres de um modo a não fugirem dos padrões preestabelecidos pelos “donos do poder”, pois corriam o risco de “destruírem suas reputações”. No entanto, todos esses empecilhos se fizeram de “pontes” pelas quais muitas mulheres não se submeteram e assim puderam adquirir meios possíveis, e até impossíveis, para obterem a conquista dos seus sonhos de advento no mercado de trabalho.

CAPÍTULO II

1. AS CONQUISTAS DO FEMININO NUMA SOCIEDADE MACHISTA

A emancipação feminina é uma questão muito complexa. Analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais, nos Temas Transversais, notamos que estes instrumentos didáticos de orientação aos professores remetem a essa questão dando certo alerta aos profissionais em educação, partindo do pressuposto de ter o cuidado de levar para sala de aula conteúdos que desmistifiquem a ideia divulgada pela sociedade patriarcal, na qual se apoderou do discurso destinado às mulheres para o setor privado da sociedade e os homens para o público. Vejamos, então, o que os PCNs nos informam a este respeito:

Outro ponto que merece atenção é o material didático escolhido para o trabalho em sala de aula, que muitas vezes apresenta estereótipos ligados ao gênero, como a mulher predominantemente na esfera doméstica e realizando trabalho não remunerado, enquanto o homem é associado ao desempenho de atividades, sempre na esfera pública. (PCN's, 2002, p.325).

Neste caso, observamos que até hoje ainda perdura a problemática existente entre a relação homem-mulher que continua com os estereótipos voltados para mulheres necessariamente submissas aos homens, enquanto que estes se fazem puros detentores do poder. Como vemos, o discurso relacionado ao feminino se apresenta distorcido e autoritário, no qual diversos homens se aproveitam para subjugar as mulheres. Para Foucault (1996), tais discursos sofrem “uma espécie de desnivelamento”:

[...] pode-se supor que há muito regularmente nas sociedades uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (FOUCAULT, 1996, p.22)

Com isso, podemos perceber que os discursos masculinos eram e são formulados com a permanência de certos dissabores e tornam as mulheres seres “carregados” de estereótipos; porém nos remetem ao fato de que apesar de tanta subjugação, as mulheres que vivem na atualidade e se libertam dia após dia da “opressão” masculina, conseguem construir sua emancipação.

2.1. O FEMININO DO PRIVADO PARA O PÚBLICO

Se hoje nos deparamos com diversas mulheres emancipadas, devemos nos voltar para o passado e pesquisarmos as lutas e iniciativas daquelas que outrora se revoltaram com um único lugar conferido a elas; ou seja, o ambiente privado. As investidas de muitas guerreiras e até mesmo “atrevidas”, que em muitos casos foram consideradas loucas pela sociedade de outrora, foram responsáveis pela entrada do feminino na sociedade contemporânea. Assim, vamos refletir nos discursos notáveis de Lopes e Galvão:

No Brasil, se muitas padeceram desses e de outros horrores, privados e/ ou públicos, muitas entraram para a história por seus feitos e lutas de resistência e delas podemos, ainda hoje, dizer, sem medo de errar, que somos herdeiras. Se neste momento quase ninguém mais se espanta em ver uma mulher ocupar qualquer cargo no mundo político, intelectual, social, financeiro, é certamente com elas a nossa dívida. (LOPES e GALVÃO, 2001, p.74)

Se hoje somos bem aceitas no mercado de trabalho e vistas de modo natural neste ambiente, devemos ao fato de muitas mulheres terem se lançado contra sua condição e contra pais, maridos, irmãos, filhos, etc. Estes sendo todos do sexo masculino é claro, obviamente as proibiam de viverem e atuarem no meio público da sociedade. Para muitos homens, o que restava para as mulheres seriam os cuidados com o pai, marido, filhos e a casa. Todavia, isso não era o suficiente para elas, pois careciam de mais. Careciam de se inserirem na sociedade, atuando, nos mesmos papéis dos homens. Isto é retratado ainda pelas autoras Lopes e Galvão, quando nos informam que:

Foram fazendeiras e gerentes de alguma fortuna da família; foram enfermeiras; companheiras corajosas de seus maridos em guerras e revoluções, professando elas mesmas seus ideais; cientistas; professoras; militantes de causas políticas; escritoras; esportistas. Mulheres que nos mostraram que poderia haver outro tipo de educação e mais, que a educação não tem como pensam alguns, controle sobre o futuro. (LOPES e GALVÃO, 2001; p. 74-75)

A condição feminina propriamente dita eleva ao um patamar discriminatório ao longo da história. O masculino de modo geral não aceita ser comparado ou mesmo equiparado com a mulher no mercado de trabalho, pois a ela estava reservada a qualidade da reprodução e isto é para muitas causa de inferioridade, pois a burguesia que vê a emancipação feminina como um perigo para seus interesses, apropriou-se facilmente dessa forma de subalternidade feminina, apegando-se na solidez da família como forma de garantir a propriedade privada. Com isso, a própria sociedade determina o que é masculino e o que é feminino, através de suas instituições, da cultura, do sistema educacional, da divisão sexual e social do trabalho, etc. Assim, segundo a historiadora Mary Del Priore:

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das

mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (PRIORE, 2004, P. 585)

Todavia, diante de tantos obstáculos para obterem o direito ao público, ou seja, ao trabalho fora do lar, muitas mulheres, não se intimidaram com investidas para lhes derrubarem e conquistaram seus ideais, seus interesses, às custas de muita desigualdade e luta. A esse respeito, a historiadora Michelle Perrot nos informa que:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. (PERROT, 1988, p.212)

Neste caso, notamos que apesar dos desafios e das exclusões sociais, a partir do século XX, constantes foram as mobilizações, movimentos, estudos e efetiva participação da mulher nos sindicatos, escolas, universidades e associações, a luta das mulheres contra a discriminação, violência e preconceito se tornaram bem mais visíveis. Seus desejos, suas angústias, enfim, a história de vida das mulheres se torna pública. Esse momento era propício para se refletir acerca dos papéis institucionalizados aos homens e mulheres de modo a promover condições de igualdade entre ambos, com isso a autora Priore informa que:

Muitas mulheres, trabalhadoras e, especialmente, as feministas, têm lutado nas últimas três décadas pela construção de uma esfera pública democrática. Elas querem afirmar a questão feminina e assegurar a conquista dos direitos que se referem à condição de mulher. (PRIORE, 2004, p.604)

Discutir o papel da mulher no espaço público remete-nos à divisão de trabalho existente entre homens e mulheres, que os levou a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza. Logo, mesmo diante dos progressos das mulheres em países de todo o mundo, as diferenças de gênero contribuem e servem de base para as desigualdades sociais. Neste sentido, buscamos suporte nas análises do historiador Peter Burke na obra “A escrita da história novas perspectivas”, vejamos:

As diferenças cada vez mais visíveis e veementes entre as mulheres questionavam a possibilidade de uma política unificada e sugeriam que os interesses das mulheres não eram autoevidentes, mas uma questão de disputa e de discussão. (BURKE, 2011, p.90-91)

No que se refere ao Brasil, ao longo da história, o feminino tem sido construído como subordinado ao masculino, o que favoreceu aos homens uma

situação de prestígio, privilégio e poder. A construção de gênero tem suas origens nas relações hierárquicas, patriarcalistas, em que homens e mulheres se relacionam de maneiras desiguais, reforçando a idéia de dominação e poder de um sobre o outro. De acordo com as autoras Martha Abreu e Rachel Soihet:

A dimensão política das relações entre masculino/feminino está na noção de público, portanto, numa reflexão sobre o civil, o econômico e o próprio político, sem abstrair a importância do privado. O conceito de gênero contém um conjunto de configurações do político, saídas de tensões e conflitos, mas também de consentimentos que marcam experiências do dia a dia de homens e mulheres. (ABREU e SOIHET, 2009, p.188)

Há de se ressaltar que todas as sociedades historicamente conhecidas revelam predominância masculina, todavia o patriarcado absoluto deve ser encarado com reserva. A subalternidade da mulher, não significa ausência absoluta de poder. Em todas as sociedades conhecidas as mulheres detêm parcelas de poder. As mulheres não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas à luta que trava com os homens. Neste sentido, as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se no terreno do poder. Aqui tem lugar a dominação e a exploração como sendo faces de um mesmo fenômeno. Ainda, de acordo com Martha Abreu e Rachel Soihet:

[...] As novidades sobre a vida cotidiana redimensionam o poder dos homens, das mulheres e a presença de ambos na história nossa de cada dia. Esse movimento intelectual não pode ser dissociado das mudanças operadas na vida das mulheres desse tempo. Ocorre quando, em diferentes partes do mundo, sob as mais duras adversidades, as mulheres passam a engrossar parcelas significativas da população economicamente ativa; quando, diante das modificações radicais do mundo do trabalho, vivenciam redefinições do emprego colocadas pela ordem neoliberal em marcha, sujeitando-as, tantas vezes, a desempregarem e a substituírem os homens- com vistas ao rebaixamento global dos salários [...] (ABREU e SOIHET, 2009, p.190)

Como observamos, a vida da mulher se transformou gradativamente após o advento do trabalho abrindo uma nova perspectiva que possibilitou descobrir um mundo novo para ela que na própria contemporaneidade consegue se equiparar ao homem e em alguns casos já ultrapassa, deste, os limites salariais. Mas as mudanças do feminino não surgiram do nada, houve muitas lutas entre tantas já conquistadas, podemos exemplificar aqui: A mulher vai à luta e, em 1932, conquista o Direito ao Voto no Brasil. Depois, nos anos 60, chega a pílula anticoncepcional que a libera de gravidez não desejada. É uma verdadeira revolução de comportamento. Sobre essas conquistas alcançadas pelas mulheres a partir de 1932, a autora Mary Del Priore nos revela que:

O direito à cidadania política - o direito ao voto- é alcançado pelas brasileiras em 1932, antes de vários países da Europa, como França e Itália. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que as aspirações à cidadania no mundo do trabalho, as que buscam

proporcionar iguais oportunidades entre homens e mulheres, passam por um demorado silêncio, interrompido entre 1079 e 1985. (PRIORE, 2004, p.644)

No Brasil, como na grande maioria dos países ocidentais, a conquista de direitos civis, sociais e políticos para as mulheres teve e tem no movimento feminista o grande reivindicador, formulador e inspirador, visto que foi desse movimento que partiram as idéias de transformar decisivamente as relações entre mulheres e homens em todo o mundo. Conforme Abreu e Soihet (2009):

A partir da década de 1970 conhecimentos sobre a história das mulheres se multiplicaram, numa íntima associação com os movimentos feministas, ressurgidos, nesse período, com uma pauta de lutas reconhecidamente *sexistas*, ou seja, voltada para as questões específicas do feminino, em contraposição às preocupações de gerações anteriores, associadas antes a lutas por direitos sociais, de caráter geral. (ABREU e SOIHET, 2009, p190)

Contudo, mesmo que inseridas no mercado de trabalho (esfera pública) as mulheres têm a missão das responsabilidades do trabalho reprodutivo (esfera privada), fruto da divisão sexual do trabalho, cuja divisão deve ser considerada como um fenômeno histórico e social e, por conseguinte, os rearranjos familiares dentro do contexto histórico movido pelas relações de força e heranças do patriarcalismo. Percebemos que apesar de “vitoriosas” as mesmas, ainda precisam convencer e provar que são capazes de conciliar da melhor forma o privado com o público.

1.2. O LUGAR DO FEMININO NA ESFERA PÚBLICA

É preciso aqui uma breve reflexão sobre como a mulher está inserida no mercado de trabalho, já que suas lutas são constantes; historicamente, pode-se dizer que se associou à formação dos papéis masculinos e femininos como binômios construídos, introjetados e reproduzidos tanto pelo homem quanto pela mulher. Desta forma, faz-se necessário salientar que mesmo quando a manutenção da família é função da mulher, nem sempre, ou melhor, dizendo, com raras exceções, ela é chefe da família, visto que o chefe é a autoridade maior, impõe respeito, é construção cultural e social e, estas atribuições cabem ao varão, enquanto à mulher compete ser mãe- esposa- dona de casa e provedora econômica da sua prole. Sendo assim, é oportuno fomentar que as atribuições são distintas e desvinculadas: quem é mantenedora necessariamente não é chefe. Com isso, vemos que inexistia nesse momento clareza quanto aos direitos estabelecidos para homens e mulheres que se disponibilizavam para adentrarem no mundo dos negócios. Assim, segundo Priore:

As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que em seu cotidiano não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida comunitária. No campo, a autoridade do chefe de família – do pai ou marido – extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas,

nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos. (PRIORE, 2004, p. 645-646)

Apesar de o feminino conquistar um espaço na sociedade fora do lar, convive ainda com a opressão dos pais, maridos e filhos de quererem manter as mulheres no âmbito privado; porém, o silêncio delas é acabado e saem em busca de soluções nos movimentos trabalhistas que podem lhes mostrar uma saída para viabilizar seu papel na sociedade. Neste caso, ainda de acordo com Priore:

Tanto as trabalhadoras urbanas como as rurais introduzem em sua participação política temas de reflexão no qual o cotidiano doméstico e do trabalho são ponto de partida para rever a divisão sexual no trabalho e a relação de poder na representação sindical. [...] A vontade de articular os dois mundos é expressa na escolha do nome de seus grupos: Movimentos de Mulheres Trabalhadoras, expressão que une os dois papéis sociais que até pouco tempo eram considerados opostos quanto ao presumido bem estar da família. Essa escolha expressa também a vontade de reagir a algumas vertentes políticas do movimento operário: aquelas que consideram fundamental o problema das desigualdades sociais e secundária as diferenças de gênero. (PRIORE, 2004, p. 650-651)

O feminino visa uma maior integração entre o público e o privado e com isso parte do pressuposto de que a harmonia familiar deve se sobressair diante das desigualdades sociais. No entanto, para ocorrer realmente certo equilíbrio entre homens e mulheres devem existir maiores reivindicações acerca da igualdade social e sexual. Segundo Abreu e Soihet:

[...] Na medida em que mais espaços foram conquistados, avulta-se a noção de que nada, nada mesmo, faz sentido se homens e mulheres não forem considerados iguais apesar das diferenças de seus órgãos genitais (diferenças apenas anatômicas), como entende uma grande fatia das sociedades atuais. Tal percepção preside e impregna as discussões sobre o conceito de gênero. Confirmam-se, em diferentes regiões do mundo, as pautas dos movimentos feministas, com reivindicações por igualdade em relação aos homens, contra a opressão e a discriminação. (ABREU e SOIHET, 2009, p. 194)

Mesmo diante de tantos avanços podemos dizer que atualmente a mulher dispõe igualmente dos direitos civis, políticos e sociais garantidos ao homem na legislação brasileira. Logo, a mulher vem tendo acesso à educação formal e ao trabalho, tem direito de propriedade, de ir e vir, eleger e ser elegível como qualquer outro cidadão. Mas, essas lutas não foram conquistadas de modo fácil, muitas mulheres no passado viveram o advento de movimentos que por sua vez traziam uma esperança de libertação. De acordo com o autor Dermeval Saviani:

[...] o século XX foi também o período em que se iniciaram os primeiros movimentos pela liberação feminina. No rastro das reivindicações e conquistas femininas, movimentos emergentes, que tinham em sua agenda a superação das desigualdades e injustiças sociais, organizadas em objetivos comuns, buscando principalmente

retirar da invisibilidade segmentos sociais até então acobertados sob o manto da ignorância e do preconceito, em busca do reconhecimento e, por consequência, de um mundo mais humanizado. (SAVIANI, 2006, p. 62-63)

As mulheres trabalhadoras para fugirem da ignorância e do preconceito, encontram uma saída, se tornando sindicalistas, pois essa conquista é de vital importância para a concreta emancipação feminina. O feminino se engaja tanto nos sindicatos ao ponto de valorizar mais o mesmo, do que sua própria identidade. Muitas se sentem realizadas e inseridas no universo sindical. Segundo Priore:

Para as trabalhadoras, o engajamento sindical parece se tornar, neste momento, mais importante que sua própria identidade profissional e, às vezes, até mais que as responsabilidades *domésticas*. Elas demonstram-se muito conscientes das responsabilidades que assumem porque costumam associá-las à militância e à defesa da categoria profissional. (PRIORE, 2004, p.654)

Quem disse que seria fácil? No entanto, mesmo com a dificuldade nesta luta, a força militante das mulheres possibilitou muitas mudanças ao longo da história. O feminino conquistou até mesmo uma maior participação nas universidades nas quais se fizeram como objeto de estudo em muitos casos. Isso ocorreu devido a insistência dos grupos feministas de se fazerem presente e atuante na sociedade. De acordo com Lopes e Galvão:

Da década de 1980 para cá, surgiram grupos de trabalho, programas de pós-graduação, dissertação e teses que têm se empenhado em realizar tanto pesquisas que incluem a categoria gênero como fundamental para a interpretação, quanto aquelas que têm por objeto a mulher e as particulares relações que estabelece, seja no espaço das fábricas, das empresas, das famílias ou das escolas. (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 69-70)

Nos finais do século XX a mulher já apresentava uma consciência aflorada do seu espaço e daquilo que queria para sua vida. Muitas mulheres de diversos setores da sociedade reivindicavam soluções para suas insatisfações e algo bem peculiar para a época foi a presença delas no processo de elaboração da Constituição de 1988. Com isso, a historiadora Mary Del Priore nos informa que:

Muitas mulheres de diferentes segmentos sociais e com críticas diversas à desigualdade sexual no mundo do trabalho e nas relações familiares participaram do processo de elaboração da Constituição de 1988. A nova Carta deveria contribuir para ampliar a cidadania social também das mulheres, mas a final continuou existindo uma enorme distância entre as demandas de cidadania e a redação conclusiva do documento. (PRIORE, 2004, p. 658)

Neste caso, a saída do privado para o público deveria ser legalizada pela lei máxima brasileira e assim nada melhor que as próprias mulheres participarem deste processo. A Constituição deveria contemplar os novos papéis conferidos as mulheres, seus direitos e deveres legais, antes negados e, ou, desrespeitados pelo

masculino. A esse respeito o autor Dermeval Saviani, na obra “O Legado Educacional do Século XX no Brasil”, nos lembra que:

O século XX, em seus anos iniciais, redesenhou os contornos de uma sociedade na qual os papéis sexuais tradicionais eram assumidos culturalmente e aceitos sem muitas incertezas. Os limites de convivência entre os sexos eram claramente definidos e transmitidos de forma que fossem interiorizadas sem questionamento pelos agentes sociais que ditavam as normas de conduta social. A identidade feminina, resguardada entre os vários segmentos sociais, era definida numa moldura cultural em que valores, normas, expectativas, imagens, regras, conceitos e preconceitos compunham o arcabouço social e determinavam os hábitos e costumes. (SAVIANI, 2006, p. 72-73)

Como vimos, o século XX se destacou em modalidades em que trouxe à tona a visibilidade feminina, pois apesar de lhe ser assegurado o cuidado com o lar e a família, se abriu uma pequena “brecha” para as mulheres adentrarem no mercado. Elas naquele momento poderiam ter acesso ao espaço público da sociedade, por meio do magistério. Já que este era visto como a extensão do lar. Para Saviani:

Durante as primeiras décadas do século XX, o magistério representou praticamente a única carreira aberta às mulheres, apesar de algumas também procurarem pela enfermagem. O fato de não terem amplo acesso às demais profissões fez do magistério a opção mais adequada para o sexo feminino, o que foi reforçado pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade do trabalho do lar. [...] A oferta de recursos humanos para o ensino primário que se expandia estava assegurada, e os lares não sofreriam a ausência feminina, pois cuidar de crianças e educá-las era o destino que se esperava que fosse cumprido. (SAVIANI, 2006, p.77)

Como podemos perceber não se trata aqui da emancipação feminina como meio de libertação, a professora agiria como se estivesse em casa cuidando dos filhos. Não se trata de profissionalismo. Então, o fato é que as professoras desse período teriam apenas que usar a afetividade, o coração ao invés da razão. Isso não quer dizer que as professoras sejam agressivas com os alunos, porém que sejam valorizadas como profissionais e não como mães de seus alunos. De acordo com Vera Maria Candau:

[...] as professoras são exaustivamente exaltadas por sua efetividade, dedicação desinteressada e por condutas muito próximas das representações cristalizadas do “ser mãe” e “ser mulher”, deixando evidente, no que se refere às identidades das professoras, o predomínio de uma “ordem do coração” sobre a “ordem da razão”. (CANDAU, 2000, p. 40)

O feminino, agindo de acordo com as “leis do coração” na sala de aula, se depara com outra forma de exclusão. Mesmo inseridas no mercado de trabalho, as mulheres são, de certo modo, “obrigadas” a atuarem como anteriormente; ou seja, elas passam a conviver com um tipo de verdade (a vida pública), baseado naquilo

pelo qual lutaram para sair ou mesmo se ausentar por algumas horas (a vida privada). Notamos que nesse instante está ocorrendo com as professoras uma espécie de “desvio” de práticas, isto é, elas obtiveram a tão sonhada emancipação, sendo que, nos moldes do masculino. Essa ideia é bem trabalhada na obra do historiador Michel Foucault, quando nos esclarece que:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1996, p. 17)

As mulheres possuem artifícios que lhes servem de “ponte” para se chegar à obtenção de seus interesses. Para lhes ser atribuído uma profissão na área pública da sociedade, as mesmas conseguem se lançar como favoráveis aos valores de outrora indicado pelos homens. Elas são reconduzidas aos setores públicos sociais, sem abdicar do “gosto” pelo setor privado da sociedade. E, assim, conseguem, mesmo reivindicando seus direitos e questionando seus papéis na sociedade. Acabam se voltando para um equiparamento de suas funções via públicas e privadas. Com isso, o autor Saviani nos informa que:

No ambiente urbano e industrializado em que puderam dar os brados iniciais pela emancipação que ainda demoraria a ser alcançada, sua educação revestia-se de grande importância. Isso porque, para atuar significativamente nessa sociedade, se exigia uma nova mulher, capaz de reivindicar seus direitos e questionar seus papéis. [...] Ao reivindicar o espaço público, ressaltavam a importância do privado na vida dos homens, revelando uma ambiguidade revestida de conflitos. A competência no lar era determinante para a competência profissional e para a relevância da participação política. (SAVIANI, 2006, p. 80)

Se hoje as mulheres se deparam com discriminações sexuais e salariais, no passado se fizeram presentes atuando em diversas reivindicações para sanar tais problemas vigentes. Fez-se necessário o “surgimento” de uma “nova mulher” em finais do século XX que pudesse se destacar em estudos de análise das leis que foram criadas apenas por homens e para os homens, deixando as mesmas no papel de subordinadas a estes. No entanto, analisando as leis, elas podiam garantir os seus direitos. Para a autora Priore:

Nesse intenso debate, dois processos importantes fortalecem as consciências e os argumentos das mulheres. Por um lado, a necessidade de legitimar normas universais de igualdade leva as mulheres a quantificarem as situações de discriminações através de estudos e dados estatísticos. Por outro lado, as mulheres passam a investir na elaboração de regras, medidas e princípios capazes de garantir o equilíbrio da participação de homens e mulheres nas diferentes esferas da vida social; reivindicam que sejam formalizados

juridicamente em nível nacional, regional e local. (PRIORE, 2004, p. 658)

Não só no Brasil, mas em vários setores do mundo ocidental, as reivindicações das mulheres surtiram efeito de algum modo nos finais do século XX. Elas próprias passaram a questionar as regras antigas e promover a criação de regras específicas que possibilitassem seu advento na vida pública sem contestações ou impedimentos do masculino. Neste caso, o historiador Peter Burke nos fala que:

Nos Estados Unidos, o feminismo ressurgiu nos anos 1990, estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo destinadas a estabelecer o potencial feminino, para ir ao encontro da expansão econômica através da sociedade, incluindo as profissões e a academia. [...] No processo, o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas. (BURKE, 2011, p. 69-70)

Os diversos Movimentos Feministas no mundo ocidental inteiro se destacaram pela luta para tornar o feminino visível diante da sociedade, sem ter que se esconder por trás de algum homem, seja ele; pai, filho ou marido. As reivindicações promovidas pelas mulheres se fizeram constante em cada parte das sociedades machistas e com isso veio a superação dos problemas de inferioridade e discriminação que foram substituídos pela “construção da imagem da *mulher no espaço público*. No Brasil, aparece, durante a Segunda Guerra Mundial, com notável nitidez, em algumas carteiras femininas, sob o aplauso dos homens.ⁱ

Contudo, diante da conquista pelo espaço público da sociedade, o feminino passou por diversas fases, dentre as quais, as reivindicações por igualdade entre homens e mulheres se faziam presentes no cenário mundial ocidental. Com isso, a atitude das mulheres estabelecia o advento de um número bem maior de pessoas discutindo a respeito da implantação urgente de mudanças envolvendo a visibilidade feminina no espaço público. Muito ainda pode ser feito. Porém, o avanço conquistado pelas mulheres em prol do reconhecimento e da garantia dos seus direitos foram legalizados de certo modo.

CAPÍTULO III

2. A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL, SEXUAL E EDUCACIONAL DO FEMININO: UMA BREVE ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Esse capítulo tem como objetivo analisar o lugar conferido às mulheres nos livros didáticos de História. Neste sentido, o estudo se baseia na observação e análise de livros didáticos de História do Ensino Fundamental II, denominados Manual do Professor. Escolhemos para análise os seguintes livros de 9º ano: 1º) História Hoje, de Oldimar Pontes Cardoso; 2º) Por Dentro da História, de Pedro Santiago; 3º) Para entender a História, dos autores Divalte Garcia Figueira e João Tristan Vargas; 4º) Para viver juntos História, de Ana Lúcia Lana Nemi e Anderson Roberti dos Reis e 5º) História Temática o mundo dos cidadãos, dos autores Conceição Cabrini, Roberto Catelli Junior e Andrea Montellato, dentre outros já mencionados no decorrer desse trabalho acadêmico. Para a realização da pesquisa, partimos do seguinte questionamento: haverá um “lugar” para as mulheres nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental II?

Sabe-se que no século XIX a história ensinada passava por um processo de construção. Todavia, as mulheres não concordavam com o fato de serem silenciadas e por isso o direito à educação representava uma urgente conquista para elas que em muitos casos atuavam nos Movimentos Feministas.

A importância do livro didático é tanta que em muitas escolas e lares brasileiros, o acervo bibliográfico é constituído basicamente pela Literatura didática. O livro didático contempla tanto o conhecimento científico quanto aquele oriundo do senso comum, num mesmo suporte material, o que nos obriga a estar sempre alerta à possibilidade de o livro didático reproduzir e legitimar estereótipos e preconceitos, contribuindo assim, muitas vezes de modo específico para a perpetuação de desigualdades socialmente construídas.

3.1- VISIBILIDADE OU INVISIBILIDADE FEMININA NO LIVRO DIDÁTICO

Percebemos ao longo da história que a mulher, para fugir da exclusão social, não se calou diante das subjugações, muito menos se resignou em casa. Pelo contrário, se destinou às lutas por independência financeira e social. Sendo assim, ao analisarmos o livro didático de História do nono ano com o título “História das Cavernas ao terceiro milênio”, das autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, deparamos-nos com o destaque de mulheres que se fizeram históricas na sociedade do passado. No mesmo, observamos uma “Leitura Complementar” do Capítulo 2: “Os países hispano-americanos no início do século XX”; na qual fora evidenciado a vida de uma artista mexicana, chamada Frida Kahlo. A mesma se destacou devido a seus ideais de transformações do México. Percebemos que a mulher se apresenta como um ser visível diante do fato que marcou a Revolução Mexicana.

LEITURA COMPLEMENTAR

Frida Kahlo

O texto a seguir aborda a turbulenta vida de Frida Kahlo, uma das artistas importantes do México no século XX.

Terra mater: terra natal.

“Em 6 de julho de 1907, nasceu em Coyacán, México, Magdalena Calderón. Começamos com sua data de nascimento para ilustrar bem seu sentimento em relação à *terra mater*. Insistia em dizer nascido em 1910, ano do início da Revolução Mexicana, quando na verdade nascera em 1907. Este dado é revelador para os estudos sobre ela pois mostra a sua necessidade em vincular-se a momento histórico tão significativo para o México e, portanto, para ela própria. [...] Acreditava, assim, que ela e o México haviam nascido ao mesmo tempo.


Tal desejo expressa uma posição nacionalista como também reflete a necessidade de inserir-se em um contexto de glória, no qual o povo mexicano, por meio de um processo revolucionário buscou as transformações que deveriam tornar aquela sociedade mais justa e igual. [...]

Carlos Fuentes observa que, ‘nascida com a Revolução, Frida Kahlo reflete como transcende o evento central do México no século XX. Ela está em suas imagens de sofrimento, destruição, chacina, mutilação, perda, mas também nas imagens de humor e de alegria, que tanto marcaram a sua vida penosa’. [...]

A questão do nascimento e sua relação com esse ‘México de vanguarda’ podem ser observadas em algumas de suas obras, nas quais a maternidade é representada pelo México emergente onde era necessário preservar suas raízes culturais, fazendo da arte o caminho. Sua obra remonta sempre às suas origens mestiças, o que a identificava ainda mais com o seu país, porque, mesmo quando quase um século da independência haviam sido mantidas a discriminação étnica e as hierarquias sociais herdadas do período colonial.”

ARAS, Lina Maria Brandão de. Uma reflexão sobre a arte de Frida Kahlo. In: Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANP. Disponível em www.anp.org.br. Acessado em 28 de março de 2010.

Autorretrato, pintura de Frida Kahlo, 1932.



FRIDA KAHLO CORPORATION/COLEÇÃO PARTICULAR

Compreendendo o texto

1. Qual era a relação de Frida Kahlo com a Revolução Mexicana?
2. Observe a pintura *Autorretrato*, de Frida Kahlo. Nela, estão representados dois momentos da história do México. Que momentos são esses? Eles estão interagindo ou se opondo? Justifique.

56

Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem retirada do livro didático: BRAICK, Patrícia Ramos. História das Cavernas ao terceiro milênio 9º ano/ Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. – 2. Ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

Ainda neste mesmo capítulo, vimos também ser mencionada uma artista brasileira, Tarsila do Amaral, que por sua importância e ideais inovadores, transformou o Modernismo no Brasil.

Oficina de trabalho 1

ANALISAR UMA OBRA DE ARTE


■ O Modernismo no Brasil

O Modernismo brasileiro foi um movimento cultural liderado inicialmente por escritores como Oswald de Andrade, Menotti del Pichia, Mário de Andrade e Manuel Bandeira e pintores como Anita Malfatti e Di Cavalcanti. A Semana de Arte Moderna é tradicionalmente considerada o marco inicial do Modernismo no Brasil. A Semana foi uma série de eventos realizados na cidade de São Paulo em 1922 contendo exposições de pinturas, esculturas, declamações de poesia e outras manifestações artísticas.

Os modernistas pretendiam romper com o tradicionalismo que dominava o cenário artístico no país. Para eles, a arte brasileira deveria se inspirar nas manifestações culturais do Brasil. A valorização do nacional, no entanto, significava a negação do que era produzido no exterior. Os movimentos artísticos europeus de vanguarda, como o Expressionismo e o Cubismo, por exercerem forte influência na arte modernista brasileira.

■ Tarsila do Amaral

Tarsila do Amaral nasceu em 1ª de setembro de 1886 em Capivari, no interior do estado de São Paulo. Filha de fazendeiros, ela viajou para a Europa algumas vezes, onde participou de prestigiadas academias de arte. Ainda na França adquiriu conhecimento das ideias inovadoras dos artistas modernistas brasileiros por meio das correspondências que mantinha com a amiga, Anita Malfatti. Tarsila mudou-se ao Brasil meses após a realização da Semana de Arte Moderna de 1922 e integrou-se ao grupo de intelectuais que iniciou o modernismo no país.



▲ *A janela I*, óleo sobre tela de Tarsila do Amaral, de 1924.

58

Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem retirada do livro: BRAICK, Patrícia Ramos. História das Cavernas ao terceiro milênio 9º ano/ Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. – 2. Ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

Analisando melhor este livro nos voltamos para o Capítulo 3 intitulado “A Primeira Guerra Mundial” que na “Leitura Complementar” notamos o texto intitulado “A grande Guerra e o novo papel da mulher”. Neste ensejo, o feminino é visto como a “Salvação da Pátria”, pois com a guerra, diversos homens foram mortos, ficando para elas a função de mantenedoras do lar e o sustento dos filhos. Já o mercado empregatício saiu lucrando, pois com a perda da mão-de-obra masculina, caberia às mulheres a solução para o não fechamento das fábricas naquele período.

LEITURA COMPLEMENTAR

A Grande Guerra e o novo papel da mulher

A Primeira Guerra Mundial modificou as relações sociais, os costumes e o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade europeia.

"[...] À medida que os homens morriam nas trincheiras, aos milhares, as mulheres precisavam substituí-los. As fábricas de munições da Grã-Bretanha, França e Alemanha exigiam, cada vez mais, operários; essa carência de mão-de-obra foi suprida pelas mulheres então desempregadas. [...]"


A substituição dos homens não ocorreu só nas fábricas de munições: conduziam o metrô de Paris e os ônibus de Londres; executavam reparos nos navios [...] e trabalhavam nos estaleiros da marinha alemã. Atuavam como eletricistas, encanadoras e empreiteiras. [...]"

A liberdade entre os sexos aumentara. [...] Desapareceram as damas de companhia e, também, a delicada ignorância em que eram mantidas as jovens de classe alta.

Elas ostentavam alegremente os sinais exteriores de sua liberdade. Muitas utilizavam uma linguagem que teria chocado suas mães; muitas passaram a usar cosméticos [...].

As mulheres haviam dado o grande passo inicial para serem reconhecidas como cidadãs iguais. E, sobretudo, a compreensão das mulheres do que eram e do que gostariam de ser modificara-se de maneira radical. [...]"

BLACK, Louise. As mulheres e a guerra.
In: ROBERTS, J. M. (org.).
A história do século XX – 1914-1919.
São Paulo: Abril, 1974. p. 673-675.



Mulheres trabalhando numa fábrica de munições durante a Primeira Guerra Mundial. Grã-Bretanha, 1914.

Compreendendo o texto

1. Como a guerra afetou a divisão de trabalho entre os sexos na Europa?
2. Transcreva em seu caderno expressões do texto que mostrem que a maneira de pensar e de agir das mulheres havia se modificado durante a guerra.
3. Compare a situação social das mulheres descrita no texto com a da sociedade em que você vive.

75

Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem extraída do livro didático: BRAICK, Patrícia Ramos. História das Cavernas ao terceiro milênio 9º ano/ Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. – 2. Ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

Com isso, é interessante refletirmos sobre setores como o da educação, no qual muitas mulheres acabaram adentrando, já que os homens se “desviaram” desse setor devido às mortes na guerra ou ao crescimento da urbanização, mas principalmente se deve ao fato da introdução do processo de industrialização do Brasil, neste caso, o feminino assumiu a sala de aula. Segundo Guacira Lopes Louro:

[...] Vale lembrar que a atividade docente, no Brasil, como em muitas outras sociedades, havia sido iniciada por homens- aqui, por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759. [...] Em algumas regiões de forma mais marcante, noutras menos, os homens estavam abandonando as salas de aula.

Esse movimento daria origem a uma “feminização do magistério”- também observado em outros países-, fato provavelmente vinculado ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades para os homens. (PRIORE, 2004, p. 449)

Com a saída dos homens da sala para cargos mais administrativos ocorre uma abertura, um espaço para as mulheres no mercado de trabalho, tornando então legitimado a profissão de professora. No entanto, esse cargo estava destinado para elas por uma simples extensão do lar, já que, como seu lugar era voltado para o cuidado com o marido e os filhos, nada melhor que educar as crianças como se fossem a mãe ali e não a profissional professora. Segundo o autor Saviani (2006, p. 62) “[...] enquanto o magistério de crianças se tornou um espaço feminino, afastou também das salas de aula os homens, que buscaram outras opções na estrutura hierárquica escolar, ocupando cargos administrativos”.

A inserção do feminino na esfera pública, apesar da demora em se estabelecer propiciou um olhar mais notável no discurso das autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, quando tornam visível a atuação das mulheres na sociedade em torno de trabalho, moda e arte. Mencionamos anteriormente que esse livro didático nos revela que existe sim instrumentos didáticos capazes de discutir e questionar acerca do papel da mulher na sociedade. Percebemos que a Primeira Guerra Mundial reduziu drasticamente a mão-de-obra masculina, na qual abriu espaço para as mulheres trabalharem.

Porém, o mesmo livro nos revela uma outra parte direcionada ao feminino, ou seja, a moda ocasionada pelo período histórico conhecido como *Belle Époque*ⁱ, transformando então o modo de se vestir das mulheres, muitas até incentivadas pelos movimentos feministas; é o que vemos na imagem que segue retirada do mesmo livro.

ente
ção
das
em
mas
ria
ma

con-
belo
por
estas

Durante a *Belle Époque*, os movimentos feministas lutaram por direitos políticos e sociais, principalmente o sufrágio universal. As mudanças na moda feminina estavam ligadas a conquistas obtidas pelas mulheres em relação ao seu papel social: o ambiente doméstico deixou de ser o único espaço a elas reservado. As mulheres, por exemplo, passaram a praticar esportes, considerada uma atividade masculina, o que exigia o uso de roupas mais leves e práticas.

A moda feminina na Belle Époque

No final do século XIX, os vestidos longos, rendados e com enormes caudas cobriam os corpos das mulheres que, devido ao uso do espartilho, tinham a forma de uma ampulheta, definida pela cintura fina e pelo volume nos quadris.

No início do século XX, o entusiasmo com a prática de esportes, como a montaria e o ciclismo, trouxe um pouco mais de liberdade nas vestimentas e um novo padrão estético. Os vestidos ficaram mais justos, dando uma aparência longilínea. A forma dos vestidos tornou-se mais simples, porém as vestimentas continuaram adornadas por rendas, bordados e, mais tarde, botões.

1 Observe a imagem da página anterior. Que elementos tornavam Paris o modelo de cidade a ser seguida?

2 Compare as duas imagens desta página e estabeleça semelhanças e diferenças em relação a: comprimento do vestido, largura da saia, modo como a peça é acinturada, rendado, acessórios (luvas, chapéu, bolsa), entre outros.

Respostas no Suplemento de apoio didático.

A



B



A - *Mulher com roupa de baile*, óleo sobre tela de Alfred Stevens, de 1895.
B - *Mulheres elegantes*, ilustração publicada na revista de moda *Le coquet*, de autoria desconhecida, do final do século XIX.

67

Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem extraída do livro didático: BRAICK, Patrícia Ramos. História das Cavernas ao terceiro milênio 9º ano/ Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. – 2. Ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

Entretanto, muito pouco foi feito para inserir a mulher nos discursos instituídos nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental II, pois os mesmos, apesar de baseados nos PCN's, estavam longe de apresentar discussões pertinentes para proporcionar algumas mudanças no modo de pensar dos alunos (as), ao lidar com as questões de gênero que, aliás, são pouco ou não trabalhadas por este instrumento didático. Portanto, de acordo com a Revista de História¹, "os livros didáticos não são mero resultado dos PCN's, pois, como qualquer outro livro, devem ser percebidos como um produto cultural e mercadológico, resultado de diferentes interesses". Estes interesses vão depender muito dos pressupostos estabelecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que avalia os livros didáticos

relevantes para que a proposta dos governantes seja priorizada. Assim, ainda segundo a Revista de História:

Em 1985 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Mas somente em 1996 o MEC iniciou um programa de avaliação de livros didáticos, estabelecendo critérios próprios, como a adequação aos propósitos dos PCN,s, e subordinando a compra de livros didáticos pelo governo, para distribuição na rede pública de ensino, à inscrição no programa e sua avaliação.

Sendo assim, a avaliação dos livros didáticos tornou-se responsabilidade dos órgãos competentes do Estado e neste caso, temas impertinentes poderiam ser descartados para reinar nas salas de aula livros didáticos “fechados” com discussões voltadas para os interesses do governo. Mas, quando se trata da utilização deste instrumento didático, o papel do professor é de extrema importância, pois são estes que decidem qual livro deve ser mais interessante para trabalhar com seus alunos (as), então segundo França:

Adotar o livro didático em uma escola pública é função de seus professores. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC fornece à escola um catálogo de títulos entre os quais devem ser escolhidos aqueles a serem adotados. Este catálogo Guia de Livros Didáticos, é preparado por equipes de especialistas de áreas, que avaliaram os livros de acordo com critérios eliminatórios e classificatórios. (FRANÇA, 2002, p. 51)

Neste caso, percebemos no que se refere a disciplina História, as lacunas deixadas a partir da escolha do livro didático são bem mais visíveis. O ensino de História era voltado para a valorização das elites, a formação dos reis, dos tronos europeus. No Brasil não ocorreu diferenciação em torno do modo como tal disciplina era abordada e inserida nas escolas e temos a sua constituição como disciplina escolar no pós independência. De acordo com Thais Nívia de Lima e Fonseca:

A constituição da História como disciplina escolar no Brasil [...] ocorreu após a independência, no processo de estruturação de um sistema de ensino para o Império. Nas décadas de 20 e 30 do século XIX surgiram vários projetos educacionais que, ao tratar da definição e da organização dos currículos, abordavam o ensino de História, que incluía a “História Sagrada” a “História Universal” e a “História Pátria”. (FONSECA ,2011, p. 42)

Quando analisamos o livro didático de História do 9º ano nos deparamos com a situação em que a predominância dos homens é bem marcante em seu discurso, pois ao tratar a questão dos Movimentos Operários na Primeira República, título este do 5º tema deste instrumento didático; isto é, “Projeto Araribá História”, organizado pela Editora Moderna, que por sua vez acaba tornando invisíveis as vozes femininas que lutavam por seus direitos. Neste caso, apenas a luta do masculino em prol de seus direitos são visíveis e assim podemos perceber observando a imagem a seguir:

Alguns quais eram as principais reivindicações em 1912, para que eles possam compará-las com as que estão presentes nas lutas atuais.

- Jornada de oito horas diárias de trabalho.
- Descanso semanal obrigatório.
- Indenização das vítimas de acidentes do trabalho.
- Proibição do trabalho de menores de 14 anos.
- Regulamentação do trabalho de crianças e mulheres nas fábricas.

Essas reivindicações estiveram presentes nas lutas operárias das primeiras décadas do governo republicano e motivaram inúmeras greves.

• **Sindicalistas revolucionários.** Para eles, a greve era a principal forma de luta dos trabalhadores. Recusavam as negociações por conquistas parciais e a organização partidária. Influenciados pelos anarquistas italianos, acreditavam em uma sociedade futura sem a opressão dos patrões. Os sindicalistas revolucionários ficaram conhecidos como anarcossindicalistas.

• **Partido Comunista do Brasil.** Os membros do PCB, fundado em 1922, aceitavam participar das eleições como forma de divulgar suas propostas. Consideravam as greves um instrumento para obter conquistas e aceitavam participar das negociações com os patrões.

Durante a Primeira República, o sindicalismo revolucionário foi a influência mais determinante no movimento operário, quer pela ação direta nos enfrentamentos com os patrões, quer pelo esforço sistemático de divulgação, por meio de jornais, de suas ideias e formas de luta junto ao operariado.

As primeiras lutas e conquistas operárias

As primeiras grandes mobilizações operárias da nascente indústria brasileira ocorreram em 1903, na indústria têxtil do Rio de Janeiro. Embora reprimidas pela polícia, nenhuma das reivindicações, até mesmo a jornada de oito horas, foi atendida.

Em 1907, ocorreram novas paralisações, dessa vez em São Paulo, Santos, Ribeirão Preto e Campinas, envolvendo trabalhadores da construção civil, metalurgia, indústria de alimentos, gráficos e têxteis.

Os patrões reagiram às mobilizações dos trabalhadores aprovando a lei de expulsão de estrangeiros. Ao entrar em vigor, em 1907, foram expulsos estrangeiros, principalmente italianos, todos líderes sindicais. Até 1911, período de vigência da lei, foram expulsos 556 estrangeiros.

Apesar da forte repressão, as manifestações dos trabalhadores começaram a dar resultado: o Estado reconheceu a necessidade de construir moradias populares e regulamentar as condições de higiene e segurança no interior das fábricas; foram criadas caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários. A lei de férias para os trabalhadores da indústria e do comércio foi regulamentada em 1926.

A greve geral de 1917

A greve geral de 1917, em São Paulo, teve início no setor têxtil e depois se espalhou por empresas de outros ramos. Apesar de violentamente reprimida pela polícia, a greve representou o momento mais importante da influência sindicalista revolucionária no movimento operário.

Em resposta, com a intenção de dificultar ao máximo as reivindicações, o Estado passou a considerar as manifestações operárias como "casos de polícia": grevistas foram presos, domicílios e sindicatos foram invadidos, jornais foram fechados, líderes grevistas foram enviados a lugares de difícil sobrevivência na Amazônia.



Trabalhadores em greve descem a Ladeira do Carmo, em direção ao bairro do Brás. São Paulo, julho de 1917.



Trabalhadores fazem greve pela jornada de trabalho de oito horas por dia. São Paulo, 1906.



Projeto MALTA/MUSEU DA IMAGEM
BRASILEIRO, RIO DE JANEIRO

RENASCIMENTO
CONCORRÊNCIA

59

Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem retirado do livro didático: Projeto Araribá: história/ organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel Apolinário. – 2. Ed. – São Paulo: Moderna, 2007.

Percebemos na imagem que o feminino e as crianças ficaram distante da cena, enquanto que os homens estão bem evidenciados. Trata-se nesse caso de generalizar a todos, a luta das mulheres não está posta em foco central. Com isso, como trabalhar nas aulas de História, conteúdos destinados a favorecer as mulheres a discutir sobre seus papéis na sociedade? Isto como acabamos de perceber na “fala” de Fonseca, ficava um pouco esquecido, pois a História que deveria ser ensinada era voltada para os grandes heróis “construtores” da Pátria, a dos fatos bíblicos e uma história voltada para o “todo”. As minorias, como as mulheres, eram deixadas a parte, eram silenciadas. Estas mesmas representavam

um perigo constante e deveriam estar sob controle daqueles detentores do poder. De acordo com Lopes e Galvão:

Herdeira de pecados da carne e da cobiça, transformada em monstro portador de suores úmidos, capaz de loucuras e atrocidades quando não bem regulada (no sentido biológico e social), a mulher deveria ser vigiada de perto e sua sexualidade, anseios e desejos convergidos a uma só meta a maternidade. (LOPES e GALVÃO, 2001 , p. 74)

Todavia, a mulher não se contentou com a invisibilidade destinada a ela; as lutas se fizeram constantes, mas, mesmo de modo sucinto, o feminino obteve seu espaço. Encontramos no livro didático de História do 9º ano, intitulado “História Temática o Mundo dos Cidadãos” dos autores Conceição Cabrini, Roberto Catelli Junior e Andrea Montellato um trecho pertencente ao capítulo 7 “Os trabalhadores e as conquistas de direitos” que nos mostra a visibilidade feminina no discurso contido no mesmo. Vejamos, então, uma imagem:

Ilustração: Vilas Boas/Agência de Comunicação

Lutas das proletárias femininas

[...] A educação da mulher trabalhadora aparece como instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado, na medida em que ela se conscientize de seus direitos pessoais e ainda, possibilitando a instrução dos próprios filhos, ajude a "impedir que sejam depois vítimas do injusto sistema social em que vivemos" (*O Amigo do Povo*, 17-1-1904). [...]

RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil - 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 96-9.

[...] E querem convencer-nos de que - sem a força, a lei, e Governo - a mulher se entregará ao primeiro que passar! Nunca! Eduquem a mulher, despertem a sua consciência, iluminem a sua clivência moral e ela reformará o mundo, fará da humanidade em luta a alavanca formidável em caminho de um mundo novo.

E veremos a cooperação de todas as forças para a felicidade coletiva (*Renovação*, 1919).

PRADO, A. A. *Libertários no Brasil: memória, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 4.

Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas-SP

As mulheres desempenharam funções de operárias na maioria das fábricas. Além do trabalho fabril, cuidavam do serviço doméstico; algumas cultivavam ervas e hortaliças nos quintais. Muitas trabalhavam também como costureiras, bordadeiras, lavadeiras, confeitarias e pequenas comerciantes. Foto da década de 1920.

Ilustração: Vilas Boas/Agência de Comunicação

Imprensa operária na primeira década do século XX

Os sindicatos e os partidos operários publicavam suas reivindicações, denúncias e propostas em periódicos. Na cidade de São Paulo, destacaram-se os jornais anarquistas, como *La Battaglia*, fundado em 1904 e dirigido por Oreste Ristori, *O Amigo do Povo*, criado em 1902, e *A Terra Livre*, de 1905, ambos orientados por Nello Vasco e Edgard Leuenroth.

Outro periódico que sobressaiu na imprensa operária paulista foi o jornal socialista *Avanti!*, fundado em 1900 e redigido em italiano. No Rio de Janeiro, a imprensa operária foi marcada pelos periódicos anarquistas *O Protesto* (1899), *O Libertário* (1904) e *A Greve* (1905).

178 UNIDADE 2 O mundo do trabalho

Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem extraída do livro didático: CABRINI, Conceição. História temática: o mundo dos cidadãos, 9º ano: Ensino Fundamental/ Cabrini, Catelli, Montellato. – 4. Ed. reform. – São Paulo: Scipione, 2009. – (Coleção história temática)

Observamos que, ao longo da história, a condição feminina voltada para a maternidade impedia que as mulheres enveredassem para o mercado de trabalho as mesmas tinham a função de dedicação aos filhos, ao marido e ao lar. Porém, nem todos estavam de acordo com estes termos e se tornavam “rebeldes”, desviantes. Algumas mulheres não se contentavam com o espaço privado da sociedade e enveredavam pelos caminhos que eram apenas destinados aos homens, obtendo, então, a conquista de certos direitos como, por exemplo, o direito de votar, tão almejado por elas. Neste caso, analisando o livro didático de História do 9º ano, “Para viver juntos História”, dos autores Ana Lúcia Nemi e Anderson Roberti dos Reis, encontramos no capítulo 3 “O Primeiro Governo Vargas” um minúsculo tópico

voltado para a questão da legalização do direito feminino ao voto. Percebemos na imagem a seguir extraída do mesmo a pequena participação das mulheres neste instrumento didático:

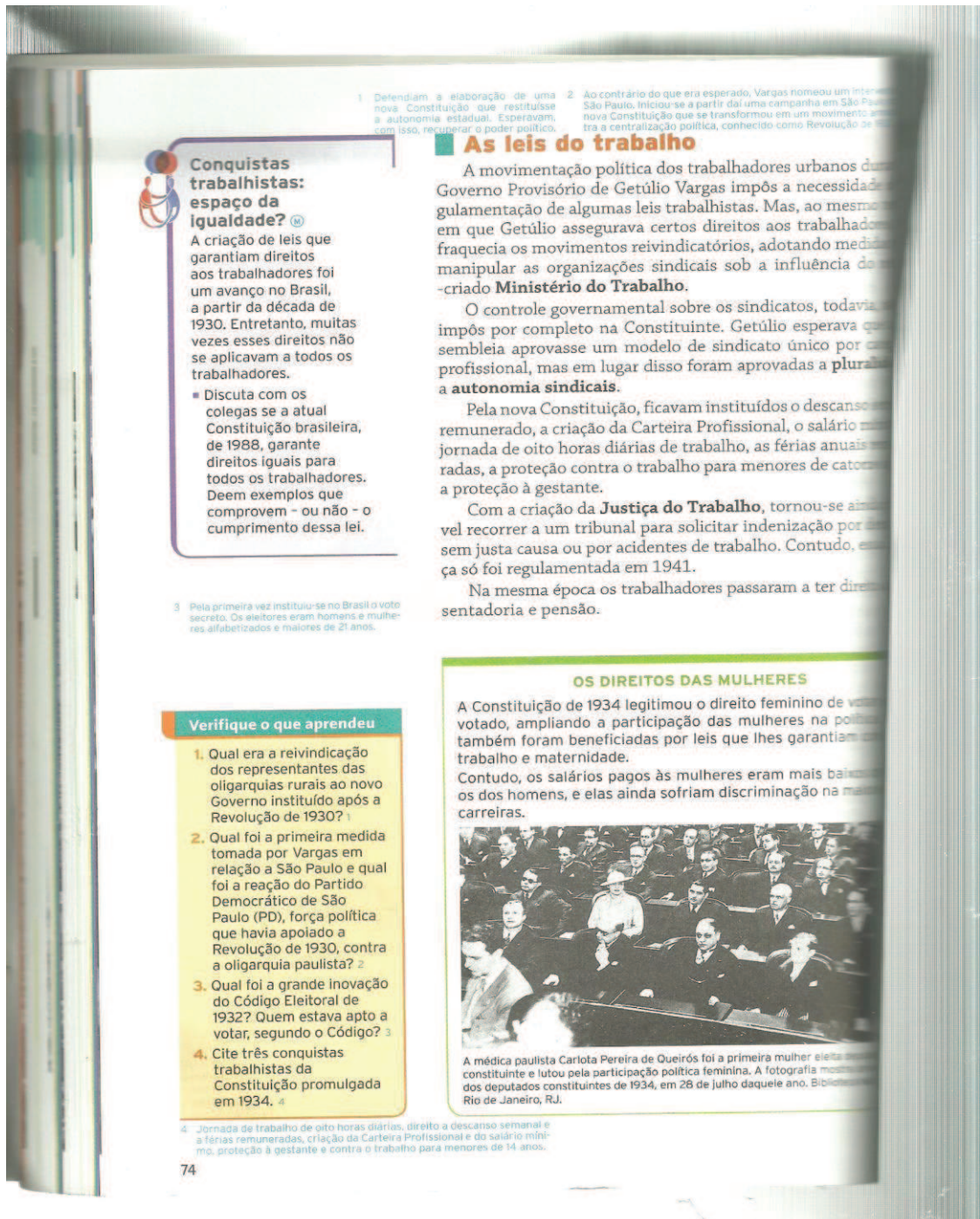


Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem extraída do livro didático: NEMI, Ana Lúcia Lana. Para viver juntos: história, 9º ano: ensino fundamental/ Ana Lúcia Lana Nemi, Anderson Roberti dos Reis. 1. Ed. rev. São Paulo: Edições SM, 2009.

Assim sendo, a função da mulher voltada apenas para o lar, sem direito a nada, estava deixando de existir para entrar em cena a função de mulher atuante profissional e politicamente. Nesse momento ela poderia decidir quem iria governá-la. Era preciso mudar o discurso do “poder masculino” e inserir no

mercado de trabalho e na sociedade um discurso capaz de propor um espaço mais “coerente” às mulheres que estavam “cheias” de tanto cuidar da casa, do marido e das crianças. A respeito dessa nova direção que se destinava o discurso acerca das mulheres, Foucault nos diz que:

O discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (FOUCAULT, 1980, p. 9-10)

A atuação e conquista feminina surpreendeu muitos homens acostumados a conviverem com a passividade das distintas donas de casa que estavam apenas “preparadas” segundo eles, para o lar, para os filhos e o marido. Notamos no discurso do livro didático de História do 9º ano “Para Entender a História” de Divalte Garcia Figueira e João Tristan Vargas, que a Revolução de 1917 marcou o mundo e principalmente a Rússia, pois diversas mulheres se destinaram a lutar na Revolução Russa como soldadas, segurando armas e as usando quando necessário. Isto é o que vemos na imagem abaixo:

os operários organizaram um grande movimento grevista, exigindo melhores salários e fazendo outras reivindicações. O relatório do chefe da polícia secreta, de janeiro de 1917, previa o que poderia acontecer daí por diante:

“As mães de famílias, esgotadas por permanecerem horas intermináveis nas portas das lojas, acabrunhadas com a visão dos filhos esfaimados e doentes, talvez estejam agora muito mais perto da revolução (...). A fome delas, o desespero delas são reservas de matéria inflamável que não precisam mais que uma centelha para deflagrar o incêndio.”

MARABINI, Jean. *A Rússia durante a Revolução de Outubro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 37

De fato, a revolução que o chefe da polícia secreta temia começou no mês seguinte. E o mais surpreendente na época: isso acontecia pelas mãos das mulheres. Em 23 de fevereiro (8 de março, pelo calendário gregoriano), Dia Internacional das Mulheres, um grupo de tecelãs em greve, com outros operários, caminhou em passeata até o local em que se reunia a Assembleia Nacional. Os manifestantes gritavam: “Pão!” e “Paz!”. Diversas outras categorias de trabalhadores foram aderindo à greve. As ruas da capital foram ocupadas por multidões manifestando-se em passeatas e atos públicos e enfrentando a repressão da polícia.



■ Mulheres participam da Revolução Russa, em 1917.

Desafio

O que pode explicar o fato de as mulheres terem participado intensamente em movimentos de protesto na Rússia daquela época?

Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem retirada do livro didático: FIGUEIRA, Divalte Garcia. Para entender a história, 9º ano/ Divalte Garcia Figueira, João Tristan Vargas. 2. Ed. São Paulo: Saraiva 2009.

Neste sentido, com as mudanças de discurso que ocorreram no Brasil e no mundo, o olhar direcionado às mulheres se distancia um pouco do fato de elas serem obrigadas apenas a exercerem a função de donas de casa. Há também lugar para elas até mesmo na “guerra”, sendo militares. O momento em que percebemos essas mudanças nos faz enxergar os diversos papéis conferidos ao feminino na esfera pública da sociedade. Assim, diante inserção da mulher

no mercado, notamos que apesar de tudo foi só a partir do momento que muitos homens se destinaram para o trabalho industrial que as mulheres obtiveram a chance de se inserir no mercado de trabalho e de obtiveram aquilo que desejavam; isto é, o poder de se emanciparem. Essa “revolução” se encontrava na sala de aula, já que diversas se “encontraram”, enquanto poder de se “autogovernar”. Mesmo que tal função justificasse o modo como educavam os filhos e mais uma vez, o discurso do “poder masculino” deixava dúvidas sobre a capacidade das mulheres se constituírem como profissionais e não como donas de casa. Assim, para o discurso masculino:

[...] nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. [...] Esse discurso justificava a saída dos homens das salas de aula – dedicados agora a outras ocupações, muitas vezes mais rendosas – e legitimava a entrada das mulheres nas escolas – ansiosas para ampliar seu universo -, restrito ao lar e à igreja. (PRIORI, 2004, p. 450)

Com isso, notamos que as relações se modificavam desde que os discursos envolvendo o poder masculino se constituíssem enquanto verdades a serem seguidas. Ademais, o papel que compete à mulher necessita estar bem definido, pois as mesmas buscam alcançar seu espaço. Este que foi negado a muito, por um masculino ameaçador e discriminador. O feminino iria “encontrar seu lugar”. Porém, o preço que pagou foi alto demais. Elas conviviam o tempo todo com péssimas condições de trabalho e eram bastante exploradas pelo “poder masculino” que com seu discurso opressor se achava no direito de submetê-las a tais situações. No entanto, analisando o livro didático de História do 9º ano percebemos que as mulheres conquistaram seu espaço, mas, ainda, com certas limitações. Sendo assim, o instrumento pedagógico intitulado “Por Dentro da História” do autor Pedro Santiago, nos revela no capítulo 4 um tópico voltado para o discurso feminino em forma de debate, que evidencia as lutas das mulheres por seus direitos e acaba deixando margem para futuras lutas e conquistas das mesmas na atualidade. Observemos então:

Brasil: movimentos sociais 87 4

Opinião e debate

NOVOS PERSONAGENS EM CENA: AS MULHERES

Entre os séculos 19 e 20, o chamado *sexo frágil* – como ainda hoje muitos teimam em denominar as mulheres – intensificava a luta pelo reconhecimento de seu lugar na sociedade. Nas mais diversas esferas, inclusive entre intelectuais e pesquisadores, as mulheres eram, então, vistas como inferiores, incapazes de exercer qualquer profissão. Elas deviam ser apenas esposas, cuidar dos filhos e da casa; além de ser belas. Na imprensa, aquelas que fugiam dessa regra acabavam retratadas com ironia. Nas revistas, por exemplo, a figura feminina aparecia estereotipada: feia e usando ao menos uma peça do guarda-roupa masculino.

Crônicas, charges, caricaturas divulgavam a ideia de uma inversão de papéis. Numa sociedade conservadora e machista, o sucesso do movimento feminista acabaria por colocar os homens na terrível posição de cuidar da casa e dos filhos. As mulheres lutavam, então, pelo direito de ter uma vida mais pública, ler e discutir livros, pintar e escrever; frequentar sozinhas restaurantes e cafés. A maioria das mulheres chamadas *emancipadas* ou *feministas* compunha o chamado mundo intelectual, como a zoóloga Berta Lutz.

Hoje, ao olhar ao redor, não se pode negar que as mulheres venceram muitas de suas batalhas. Mas a luta está longe do final. Vivemos em uma sociedade marcada, por exemplo, por oportunidades desiguais aos homens e às mulheres; pela prática da violência contra a mulher; pela falta de reconhecimento dos trabalhos tradicionais femininos. Em outras palavras, ainda temos muito a caminhar no sentido de uma sociedade que respeite ambos os sexos.

Em grupo:

1. No início do século 20, como eram vistas as mulheres?
2. Descrevam como a imprensa representava as emancipacionistas.
3. Façam uma pesquisa para saber quais são as principais reivindicações feministas na atualidade.
4. A partir dos dados encontrados:
 - a) Identifiquem situações em seu cotidiano que justificam as reivindicações feministas.
 - b) Apontem o que é necessário mudar em seu comportamento para termos uma sociedade que respeite ambos os sexos.


REVOLTA DA VACINA

No início do século 20, como vimos, várias cidades do Brasil passavam por um processo de reforma, que buscava aproximar esses espaços da chamada modernidade. Tratava-se, dentre outras obras, de colocar abaixo cortiços e implantar redes de saneamento básico. No Rio de Janeiro, Belém e São Paulo, por exemplo, a intenção era tornar os espaços parecidos, sobretudo, com as grandes capitais européias. Nesse projeto

modernizador, que criava facilidade para o capital se desenvolver, não eram apenas as ruas e os prédios que deviam ser alterados, mas também os hábitos da população mais pobre.

E foram justamente esses grupos que mais sofreram com as reformas urbanas. Acabaram, por exemplo, expulsos de seus lugares de moradia para dar espaço a essa nova cidade. Em vários casos, porém, a situação se transformou em revolta. No Rio de Janeiro, vários cortiços – alguns deles abrigando milhares de pessoas, como o Cabeça de Porco, na região central – foram derrubados. Em seus lugares surgiu um complexo de avenidas interligando lugares distantes da cidade. A principal delas era a Aveni-

A REVISTA DO BRASIL, P. 71.



Neste desenho de Belmonte, a mulher é quem seduz o homem. O papel se inverte, para a felicidade de todos. Revista Frou-Frou, 1923.

Figura Erro! Apenas o documento principal. Imagem extraída do livro didático: SANTIAGO, Pedro. Por dentro da história: história, 8ª série: manual do professor/ Ilustrador Alberto de Stéfano. – 1. Ed. São Paulo: Escala Educacional.

Neste caso, muitos debates ainda se farão imprescindíveis para a institucionalização de um documento que solidifique as bases de um feminismo que ousa se firmar enquanto integrante e ativo numa sociedade totalmente desigual e distante da “igualdade” entre os sexos no setor trabalhista e social que até os dias atuais persiste nas reivindicações para obtenção de salários justos, nos quais homens e mulheres com funções semelhantes se beneficiem com as mesmas conquistas salariais. É preciso, então, novas abordagens em livros didáticos, especialmente os de História, que priorizem a discussão

voltada para a inclusão destas mulheres dinâmicas e “revolucionárias” que buscam melhores condições de trabalho e de vida.

Contudo, como brevemente discutido aqui, o feminino se destacou ao longo da história através de suas lutas para conseguir conquistar seus ideais e a realização da introdução da mulher no mercado de trabalho. Enfim, trata-se da aquisição do poder pelas mulheres que enfrentaram muitos desafios para entrar no mundo dos negócios. Ainda, é necessário que os livros didáticos de História abordem esta temática e reconheçam as mulheres como serem de direitos e importantes na construção de uma sociedade justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos o presente trabalho constatando o quanto ainda são escassas obras que reportam o dia-a-dia do feminino em sua trajetória de chegada até a emancipação. Observamos que as bibliografias aqui pesquisadas tendiam a ressoar as “vozes” apenas do masculino, principalmente nos livros didáticos de História. Como vimos, nem todas as mulheres se calaram diante de tamanha subjugação e silenciamento instituídos às mesmas pelos homens.

Os livros didáticos de História analisados nos revelam muito pouco sobre o percurso que diversas mulheres fizeram até chegar à emancipação. No entanto, o discurso de exclusão do feminino se tornou um meio capaz de retratar as mulheres como seres insignificantes que por sua vez se fizeram atuantes na busca por melhorias sociais, profissionais e pessoais.

Notamos que mesmo vivenciando uma época em que a sociedade era patriarcal, as mulheres não desistiram de se tornarem auto-suficientes. Mas isto teve consequências desastrosas, já que, para o masculino o ideal a ser seguido era o da submissão e da obediência. O determinado para elas seria o casamento, mas nem todas concordavam e acabavam lutando para se tornarem emancipadas.

Ao longo do nosso estudo observamos que ao longo da história o sexo feminino teve que provar de todas as formas a sua capacidade de entrar na vida pública, pois este lugar sempre foi destinado com segurança aos homens e mesmo com toda esta problemática de subjugação ao feminino, muitas mulheres não desistiram e conseguiram conquistar o mercado de trabalho, com muito esforço e investimentos caríssimos.

Concluimos o nosso primeiro capítulo apresentando de modo simplificado os meios pelos quais as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, já que, desde tempos remotos e mais precisamente no século XIX, a sociedade representava as mulheres como sendo preparadas apenas para o cuidado com o lar, com o marido e com os filhos. Porém, o feminino obteve o direito de enveredar para o espaço público da sociedade, especificamente, este lugar se encontrava na época voltado para a sala de aula, pois seria um lugar onde ocorria certa extensão do lar.

Por outro lado, o segundo capítulo permitiu a constatação da participação das mulheres no mercado de trabalho, sua atuação enquanto atuantes em movimentos feministas e sindicais. Achamos melhor dividi-lo em dois tópicos, nas quais colocamos em pauta discussões a respeito da saída das mulheres do espaço privado para o público da sociedade. Muitas consideradas guerreiras ao investirem na conquista pelo setor público, foram chamadas de loucas pela sociedade de outrora. Todavia, as mulheres que se encontravam no mercado de trabalho se tornavam sindicalistas para obterem a garantia de seus direitos.

No terceiro capítulo lançamos mão de uma discussão voltada para uma breve análise de alguns livros didáticos de história do 9º ano, no que se refere a (in) visibilidade feminina mencionadas nesses instrumentos didáticos. Vimos que muito ainda pode ser feito, discutido e trabalhado para tornar bem mais visível as vozes femininas nos livros didáticos de História.

Com isso, nossa dificuldade foi conseguir encontrar conteúdos que se reportem ao feminino, encontrados nos livros didáticos de história, percebemos

que a história ensinada precisa inserir as mulheres em seus debates. Assim, ainda, em outros momentos, nos propomos a adquirir mais bibliografias para analisarmos e promover um debate mais consistente voltado ao feminino nos séculos XIX e XX.

Por fim, percebemos que mesmo num período em que as mulheres foram bastante subjugadas pelos homens na sociedade patriarcal, elas não se deixaram amedrontar e seguiram na busca pela sua autonomia, correndo riscos e vendo que agindo assim, os maridos, os pais e os filhos as subjugavam, mas não desistiram e lutaram até os dias atuais pela obtenção dos direitos iguais entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF. 2002.

BURKE, Peter (org.); **A escrita da história: novas perspectivas**; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**, trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História e ensino de História**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**, trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Ed. 21 – Loiola, 1996.

FRANÇA, Vera Regina Veiga (org.). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver?** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **"O que você precisa saber sobre História da Educação"**. : Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**; tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORI, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil** / Carla Bassanezi (coord. De textos). 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

SAVIANI, Dermeval, 1994- **O legado educacional do século XX no Brasil**. – 2. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção Educação Contemporânea.

LIVROS DIDÁTICOS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História: Sociedade & Cidadania, 9ºano/ Alfredo Boulos Júnior. – 1. Ed. São Paulo: FTD, 2006. – (Coleção História: Sociedade & Cidadania).

BRAICK, Patrícia Ramos. História das Cavernas ao terceiro milênio 9º ano/ Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. – 2. Ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

CABRINI, Conceição. História temática: o mundo dos cidadãos, 9º ano: Ensino Fundamental/ Cabrini, Catelli, Montellato. – 4. Ed. reform. – São Paulo: Scipione, 2009. – (Coleção história temática)

Cardoso, Oldimar Pontes. Tudo é história 9º ano/ Oldimar Pontes Cardoso. 1. Ed. São Paulo: Ática, 2009.

DREGUER, Ricardo. Novo História: Conceitos e Procedimentos, 9º ano/ Ricardo Dreguer, Eliete Toledo; cartografia Mario Yoshida. – 2. Ed. – São Paulo: Atual, 2009.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. Para entender a história, 9º ano/ Divalte Garcia Figueira, João Tristan Vargas. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NEMI, Ana Lúcia Lana. Para viver juntos: história, 9º ano: ensino fundamental/ Ana Lúcia Lana Nemi, Anderson Roberti dos Reis. 1. Ed. rev. São Paulo: Edições SM, 2009.

PILETTI, Nelson. História e Vida Integrada 9º ano/ Nelson Piletti, Claudino Piletti, Thiago Tremonte. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2009.

Projeto Araribá: história/ organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel Apolinário. – 2. Ed. – São Paulo: Moderna, 2007.

SANTIAGO, Pedro. Por dentro da história: história, 8ª série: manual do professor/ Ilustrador Alberto de Stéfano. – 1. Ed. São Paulo: Escala Educacional.

PILETTI, Nelson. História e vida integrada: livro do professor / Nelson Piletti, Claudino Piletti. - - Nova Ed. reform. e atual. - - São Paulo: Ática, 2005.